

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ANDRÉ GONÇALVES CARVALHO

**ENTRE DUAS PERSPECTIVAS: A FORMAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO DO
PASSO EM SÃO BORJA DENTRO DE UMA LEITURA DE NOVAS CLASSES
GEOSOCIAIS E ECOLÓGICAS**

São Borja

2025

ANDRÉ GONÇALVES CARVALHO

**ENTRE DUAS PERSPECTIVAS: A FORMAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO DO
PASSO EM SÃO BORJA DENTRO DE UMA LEITURA DE NOVAS CLASSES
GEOSOCIAIS E ECOLÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nola Patrícia Gamalho

São Borja

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

C903e Carvalho, André Gonçalves

ENTRE DUAS PERSPECTIVAS: A FORMAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO
DO PASSO EM SÃO BORJA DENTRO DE UMA LEITURA DE NOVAS
CLASSES GEOSOCIAIS E ECOLÓGICAS / André Gonçalves Carvalho.
64 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
CIÊNCIAS HUMANAS, 2025.

Orientação: Nola Patrícia Gamalho

1. Antropoceno. 2. classes ecológicas. 3. classes geossociais. 4. educação
libertadora. 5. espaço geográfico. I. Título

ANDRÉ GONÇALVES CARVALHO

ENTRE DUAS PERSPECTIVAS: A FORMAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO DO PASSO EM SÃO BORJA DENTRO DE UMA LEITURA DE NOVAS CLASSES GEOSOCIAIS E ECOLÓGICAS

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Humanas- Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título Licenciado em Ciências Humanas.

Trabalho de conclusão defendido e aprovado em: 02 de dezembro de 2025

Banca examinadora:

Profa. Dra. Nola Patricia Gamalho
Orientadora
UNIPAMPA

Profa. Dra. Lisianne Sabedra Ceolin
UNIPAMPA

Prof. Me. João Pedro da Rosa Ribeiro
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **LISIANNE PINTOS SABEDRA CEOLIN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/12/2025, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **NOLA PATRICIA GAMALHO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/12/2025, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JOÃO PEDRO DA ROSA RIBEIRO, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 04/12/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1909360** e o código CRC **4BA5FC93**.

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram em mim.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente, a minha avó Maria Carneiro e minha tia avó Élide Gonçalves, as quais sempre me incentivaram e criaram as bases para que eu pudesse seguir o caminho dos estudos. O esforço de vocês não foi em vão.

Agradeço aos meus pais, Andrea Carneiro e Sander Geovani, que fizeram o possível para que nada nunca faltasse na minha trajetória até aqui, especialmente a minha mãe.

Agradeço a minha namorada Érika Hammes, a qual sempre acreditou em mim e fez que este trabalho fosse possível através de horas de escuta sobre as minhas diversas ideias e teorias.

Agradeço ao meu amigo Lucas Rohde, grande amigo e camarada. Obrigado pelo incentivo nas ideias e na dedicação tantas vezes cansativa da leitura deste trabalho.

Por fim, agradeço principalmente a meu falecido padrasto, Wilber Feliciano Chambi Tapahuasco. Wilber, do lugar onde você estiver saiba que foi o seu exemplo e persistência que serviram e ainda servem de exemplo na minha vida e trajetória. Espero um dia ser pelo menos metade do profissional que você foi.

“O mundo está mudando o tempo todo e, o que é pior, o tempo todo está mudando a teoria de como construir um mundo melhor.”

Pepe Mujica

RESUMO

O presente trabalho analisa a formação espacial do Bairro do Passo, em São Borja (RS), sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético e da geografia crítica, buscando compreender as relações entre espaço, sociedade e natureza no contexto do Antropoceno. Fundamentado nas contribuições de Karl Marx, Henri Lefebvre, Milton Santos, Bruno Latour e Nikolaj Schultz, o estudo interpreta o espaço como produto das relações sociais e históricas, e o território como expressão das contradições entre a produção econômica e a reprodução da vida. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, utilizou-se de métodos bibliográficos e documentais, com base em fontes técnicas como o Plano Diretor de São Borja (1997), o Censo IBGE (2010), o Relatório SINAGEO (2012) e o AdaptaBrasil/MCTI (2024), além de estudos locais. A análise dialética revelou que o Bairro do Passo constitui um espaço historicamente marginalizado, marcado pela precariedade urbana e pela vulnerabilidade ecológica, onde as desigualdades sociais se sobrepõem aos riscos ambientais. A partir dos conceitos de classes ecológicas e geossociais de Latour e Schultz (2022), identificam-se novos sujeitos coletivos formados pela interação entre condições materiais, políticas e ambientais. Conclui-se que o Bairro do Passo expressa, em escala local, as contradições do capitalismo contemporâneo, evidenciando a necessidade de compreender o território como componente central da vida social em tempos de crise climática.

Palavras-Chave: Antropoceno; classes ecológicas; classes geossociais; educação libertadora; espaço geográfico; vulnerabilidade socioambiental.

ABSTRACT

This study analyzes the spatial formation of the Passo neighborhood, in São Borja (RS), from the perspective of historical-dialectical materialism and critical geography, seeking to understand the relationships between space, society, and nature within the context of the Anthropocene. Grounded in the contributions of Karl Marx, Henri Lefebvre, Milton Santos, Bruno Latour, and Nikolaj Schultz, the research interprets space as a product of social and historical relations, and territory as an expression of the contradictions between economic production and the reproduction of life. The qualitative and descriptive methodology employed bibliographical and documentary sources, including the Master Plan of São Borja (1997), the IBGE Census (2010), the SINAGEO Report (2012), AdaptaBrasil/MCTI (2024), and local academic studies. The dialectical analysis revealed that the Passo neighborhood is a historically marginalized space marked by urban precariousness and ecological vulnerability, where social inequalities overlap with environmental risks. Based on the concepts of ecological and geosocial classes proposed by Latour and Schultz (2022), the research identifies new collective subjects shaped by the interaction between material, political, and environmental conditions. The study concludes that the Passo neighborhood reflects, on a local scale, the contradictions of contemporary capitalism, highlighting the need to understand territory as a central component of social life in times of climatic crisis.

Keywords: Anthropocene; Ecological classes; geosocial classes; liberating education; geographic space; socio-environmental vulnerability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Histórica do Bairro do Passo em relação ao núcleo central de São Borja.	40
Figura 2 - Localização Atual do Bairro do passo segundo o IBGE/2010	41
Figura 3- Mapa de zoneamento de risco à inundação no município de São Borja RS	43
Figura 4 - Mapa do AdaptaBrasil/MCTI (2024) sobre os municípios no Rio Grande do Sul com alto risco climático.	44
Figura 5 - Mapa do Plano Diretor de São Borja (nº 8 /1997)	47
Figura 6 - Localização de algumas vilas no Bairro do Passo.	48
Figura 7 - Foto da Rua Visconde do Rio Branco na área da Vila da Praia / Zona APA	49
Figura 8 - Foto da Rua da Rua Tiradentes na Vila Porto do Angico / Zona APA	49
Figura 9 - Rua Monsenhor Patrício Petit Jean na Vila Arneldo Matter / Zona ZR3	51
Figura 10 - Rua Tiradentes na Vila Porto do Angico (fora da zona de risco) / Zona ZR2	51
Figura 11 - Rua Francisco Miranda região central do Bairro do Passo / Zona ZC2	52

LISTA DE ABREVIATURAS

(As siglas foram extraídas do conteúdo do trabalho, incluindo referências a instituições, zonas urbanas e fontes documentais)

APA - Área de Proteção Ambiental

BBC - British Broadcasting Corporation

CNN - Cable News Network

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHU - Instituto Humanitas Unisinos

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SINAGEO - Simpósio Nacional de Geomorfologia

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

Unisinos - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

ZC2 - Zona Central 2 (segundo o Plano Diretor de São Borja)

ZR2 - Zona Residencial 2 (segundo o Plano Diretor de São Borja)

ZR3 - Zona Residencial 3 (segundo o Plano Diretor de São Borja)

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
2. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1. O ESPAÇO E A PRODUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO	15
2.2. A DIALÉTICA ENTRE NATUREZA E SOCIEDADE	19
2.3. CLASSES SOCIAIS, ECOLÓGICAS, GEOSOCIAIS E AS DESIGUALDADES DO ESPAÇO	22
2.4. A EDUCAÇÃO E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL	26
3. METODOLOGIA	29
3.1. NATUREZA E TIPO DE PESQUISA	29
3.2. DELINEAMENTO DA PESQUISA E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	30
3.3. TÉCNICAS ESPECÍFICAS DE ANÁLISE	32
3.4. Etapas Complementares Dos Instrumentos de Análise	36
4. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
4.1. INTRODUÇÃO À ANÁLISE: ESPAÇO, HISTÓRIA E CONTRADIÇÃO	38
4.2. A GÊNESE DO BAIRRO DO PASSO: MEMÓRIA, FRONTEIRA E IDENTIDADE	39
4.3. O PASSO COMO PERIFERIA HISTÓRICA E ECOLÓGICA	42
4.4. CLASSES GEOSOCIAIS E ECOLÓGICAS NO BAIRRO DO PASSO DENTRO DA LEITURA DE BRUNO LATOUR E NIKOLAJ SCHULTZ (2022)	44
4.4.1. <i>Classificação das Classes Geossociais e Ecológicas dentro Passo</i>	46
4.5. SÍNTESE DIALÉTICA DAS CONTRADIÇÕES GEOSOCIAIS E ECOLÓGICAS	53
4.6. REDES DE MEDIAÇÃO E AGÊNCIAS ECOLÓGICAS	54
4.7. SÍNTESE DA ESTRUTURA GEOSOCIAL E ECOLÓGICAS DO BAIRRO DO PASSO	55
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
6. REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido a partir da necessidade de contribuir para a área das Ciências Humanas, por meio da análise crítica de processos socioespaciais que articulam História, Geografia, Filosofia e Sociologia. A pesquisa toma como tema o processo de formação espacial do Bairro do Passo, localizado no município de São Borja, Rio Grande do Sul, buscando compreender as transformações produzidas pelas mudanças climáticas na paisagem local e suas implicações socioambientais.

A pesquisa se fundamenta teoricamente na perspectiva do materialismo histórico-dialético, conforme os pressupostos de Karl Marx (2011), articulando-se com a dialética lefebvriana apresentada em “A produção do Espaço” (Lefebvre, 2006). Essa abordagem tem como objetivo identificar os processos históricos, filosóficos, urbanos e sociais que moldam o bairro, bem como compreender os seus agentes formadores e pertencentes ao território do Bairro do Passo. Pretende-se, ainda, observar se os processos de formação e transformação do espaço contribuem para o surgimento de uma nova leitura de categoria social, “ecológica e geossocial”, marcada pela vulnerabilidade climática enfrentada pela comunidade local, conhecida popularmente como “passeana”, no contexto histórico e ambiental do Antropoceno.¹

A investigação parte da análise da formação espacial do Bairro do Passo, situado às margens do rio Uruguai, considerando-o um espaço historicamente produzido pelas relações sociais de trabalho, pelas práticas culturais e pelas dinâmicas econômicas locais. Inicialmente, busca-se contextualizar o processo de formação desse espaço sob a ótica do materialismo histórico, compreendendo a dimensão histórica e geográfica da produção do espaço como um reflexo das relações sociais, políticas e econômicas. Como aponta Milton Santos (2008), o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, e, portanto, deve ser entendido como produto das práticas humanas.

Em um segundo momento, a análise se apoia na tríade dialética de Henri Lefebvre (2006) espaço “percebido-vivido-concebido” que possibilita compreender o território como um produto social moldado pelas relações humanas, mas que também atua na formação das identidades e na organização da vida coletiva. Essa perspectiva permite analisar o espaço não

¹ Antropoceno: Embora o termo Antropoceno seja amplamente utilizado nas Ciências Humanas e Ambientais para destacar a influência decisiva das atividades humanas sobre o planeta, ele ainda não é reconhecido oficialmente como uma unidade formal da Escala do Tempo Geológico pela Comissão Internacional de Estratigrafia. Assim, seu uso permanece sobretudo conceitual e debatido no campo científico.

apenas como um reflexo das estruturas materiais (superestrutura), mas como um campo simbólico e social em constante transformação.

Na etapa seguinte, discute-se o espaço enquanto resultado das interações entre os agentes sociais compreendidos como produtores e consumidores de sua realidade histórica, dentro de uma perspectiva eco-social. Essa abordagem possibilita observar como o espaço é simultaneamente produto e produtor de desigualdades socioespaciais e de vulnerabilidades climáticas. Por fim, propõe-se refletir sobre a possibilidade de considerar esses agentes como pertencentes, segundo a leitura de Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2022), a novas classes geossociais e ecológicas, definidas a partir da produção e do consumo do espaço, assim como da vivência cotidiana de um território marcado por tensões sociais, econômicas e ambientais.

É importante ressaltar que este estudo não pretende associar diretamente a causalidade dos fenômenos naturais às mudanças climáticas, pois, estas sempre existiram durante a história humana e natural, mas sim, observar a frequência e intensidade que eles se apresentam em curtos períodos registrados, e, como afetam estruturalmente comunidades periféricas vulneráveis. Esses dados foram fundamentais para estabelecer o nexo entre vulnerabilidade ecológica e condições sociais, permitindo aplicar os conceitos de Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2022) à realidade empírica do Passo, identificando-o como um espaço onde as classes ecológicas e geossociais se entrelaçam.

A justificativa deste estudo está na necessidade de fortalecer abordagens interdisciplinares no ensino de processos geográficos, históricos e sociais junto aos alunos do ensino médio das escolas do Bairro do Passo. Inserir o estudante e sua comunidade como temas de investigação contribui para a valorização dos saberes locais e para o desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre o território que habitam. Essa perspectiva dialoga com a pedagogia de Paulo Freire (1987; 1996), ao defender uma educação contextualizada, reflexiva e transformadora, capaz de envolver o aluno como sujeito ativo da própria realidade.

No âmbito acadêmico, a pesquisa justifica-se pela relevância de analisar as relações sociais e de trabalho como elementos que estruturam a produção do espaço e influenciam a formação de identidades e desigualdades socioespaciais. Assim, além de contribuir para o aprofundamento teórico sobre a produção do espaço, o estudo busca oferecer fundamentos conceituais que possam orientar práticas pedagógicas futuras, especialmente aquelas voltadas à compreensão do território e das dinâmicas socioambientais que o atravessam.

Como objetivo geral, identifica-se as diferentes relações sociais e de trabalho na formação do espaço, articulando-as aos sistemas que contribuem para a compreensão dos

efeitos da vulnerabilidade climática resultantes da interação entre ser humano e natureza no contexto do capitalismo contemporâneo. O tema delimitado, “A Formação Espacial do Bairro do Passo em São Borja Dentro de uma Leitura de Novas Classes Ecológicas e Geossociais”, busca inserir os alunos da comunidade “passeana” nos processos históricos, econômicos e sociais de construção do espaço, promovendo a reflexão crítica sobre sua própria realidade territorial.

Sobre os objetivos específicos, este trabalho apresenta as seguintes etapas: a) conceituar o termo “espaço” a partir das contribuições de autores como Karl Marx, Henri Lefebvre e Milton Santos; b) levantar e sistematizar dados bibliográficos e documentais sobre a história territorial e social do Bairro do Passo; c) identificar e discutir os conceitos de classes ecológicas e geossociais de Bruno Latour e Nikolaj Schultz; e d) oferecer subsídios teórico-metodológicos que possam orientar práticas pedagógicas interdisciplinares voltadas à compreensão crítica do território por parte dos estudantes do ensino médio.

2. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

Os eventos climáticos extremos, característicos do final do século XX e início do século XXI, impõem a necessidade de repensar a organização do espaço, considerando novas abordagens sobre as interações entre agentes humanos e não-humanos na formação da territorialidade. Nessa perspectiva, torna-se fundamental analisar como o desenvolvimento do sistema capitalista transformou as relações sociais e, simultaneamente, o espaço em que essas relações se manifestam.

Para a adequada compreensão das discussões apresentadas ao longo deste trabalho é necessário contextualizar e conceituar os fundamentos teóricos que sustentam a análise. Tais conceitos serão apresentados a partir das concepções dos autores de referência sobre o tema e posteriormente, relacionados aos dados e interpretações produzidos durante o desenvolvimento da pesquisa.

A estrutura deste capítulo é dividida em quatro alicerces teóricos fundamentais: O Espaço e a Produção Social do Território; A Dialética entre Natureza e Sociedade; As Classes Sociais, Ecológicas e Geossociais; A Educação e a Consciência Crítica na Formação Territorial.

2.1. O Espaço e a Produção Social do Território

A compreensão da formação do território e das dinâmicas socioespaciais exige considerar o espaço não como uma superfície inerte, mas como uma construção histórica, política e social. O espaço é resultado das ações humanas, das técnicas utilizadas e das relações de poder que nele se materializam. Essa concepção encontra fundamentos centrais nas obras de Henri Lefebvre, Milton Santos e Karl Marx, cujas reflexões permitem compreender o espaço como produto social e elemento constitutivo da vida coletiva.

Na sua obra “A Produção do Espaço” (2006), Henri Lefebvre rompe com a noção do espaço como um cenário estático ou mero suporte das atividades humanas. Para ele, o espaço é produzido socialmente, resultado das práticas materiais, simbólicas e políticas que se entrelaçam na vida cotidiana. Lefebvre (2006, p. 56) afirma que “cada sociedade produz seu próprio espaço” indicando que o espaço é expressão concreta das formas de organização social e das relações de produção dominantes em determinado período histórico:

Cada sociedade (por conseguinte, cada modo de produção com as diversidades que ele engloba, as sociedades particulares nas quais se reconhece o conceito geral)

produz um espaço, o seu. A Cité antiga não pode ser compreendida como uma coleção de pessoas e coisas no espaço; ela não pode mais ser concebida a partir de um certo número de textos e discursos sobre o espaço, ainda que alguns dentre eles, como o *Crítias* e o *Timeu*, de Platão, ou o livro *A da Metafísica* aristotélica, forneçam conhecimentos insubstituíveis. A Cité teve sua prática espacial; ela modelou seu espaço próprio, isto é, apropriado. Daí a exigência nova de um estudo desse espaço que o apreende como tal, na sua gênese e em sua forma, com seu tempo ou seus tempos específicos (os ritmos da vida cotidiana), com seus centros e seu polícentrismo (a ágora, o templo, o estádio etc.). (Lefebvre, 2006, p.56)

A compreensão de Lefebvre sobre o espaço é baseada na estrutura da tríade espaço “percebido-vivido-concebido”, que traduz a complexidade e a dialeticidade da produção espacial. O espaço “percebido” refere-se às práticas espaciais cotidianas, como o uso do território, o movimento das pessoas, a materialidade das ruas e as moradias. O espaço “vivido” abrange as dimensões simbólicas, afetivas e culturais, ou seja, as representações e os significados que os sujeitos constroem no contato com o lugar. Já o espaço “concebido” é o espaço da racionalidade técnica e política, produzido por planejadores, urbanistas e instituições de poder que impõem normas, delimitações e usos. Assim destaca o autor:

O espaço de representação se vê, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; - a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo. De sorte que ele pode receber diversas qualificações: o direcional, o situacional, o relacional, porque ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado. (Lefebvre, 2006, p. 70)

Essas três dimensões coexistem e se tensionam continuamente, revelando as contradições entre o espaço imposto e o espaço vivido. Lefebvre demonstra que o espaço é campo de disputa e dominação, um produto das relações sociais que, ao mesmo tempo, condiciona e é condicionado por elas. Assim, o espaço urbano não é neutro, ele carrega as marcas da desigualdade social e das estratégias de poder que determinam quem pode habitar, circular e se apropriar dos territórios.

No caso do Bairro do Passo, essa leitura permite compreender como a produção espacial reflete as contradições entre políticas públicas, as práticas cotidianas e a resistência simbólica de seus moradores frente à lógica hegemônica de urbanização.

Milton Santos amplia a reflexão de Lefebvre ao propor que o espaço deve ser entendido como uma totalidade dinâmica, formada pela interação entre técnica, tempo e sociedade. Na sua obra “*A Natureza do Espaço*” (2008), o autor define o espaço geográfico da seguinte maneira:

Como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Através desta ambição de sistematizar, imaginamos poder construir um quadro analítico unitário que permita ultrapassar ambiguidades e tautologias. Desse modo estaremos em

condições de formular problemas e ao mesmo tempo de ver aparecer conceitos. (Santos, 2008, p. 12)

Essa definição evidencia que o espaço é simultaneamente material e social, pois os objetos (infraestruturas, tecnologias, edificações) adquirem sentido apenas quando articulados às ações humanas que lhe dão função e valor.

Para Santos (2008), a técnica é o elemento mediador entre o homem e a natureza, responsável por transformar o espaço em um meio de reprodução da vida social. A cada período histórico, as técnicas expressam o nível de desenvolvimento das forças produtivas e a forma como a sociedade organiza o território. O autor introduz, assim, a noção de “meio técnico-científico-informacional”, característico do mundo contemporâneo, em que o espaço é moldado por redes tecnológicas, fluxos de informações e relações globais de poder:

Nossa pergunta é a seguinte: porque uni-los, através de uma separação, em vez de considerá-los como fundidos ao produzir o meio geográfico? De fato, dizemos nós, não há essa coisa de um meio geográfico de um lado e de um meio técnico do outro. O que sempre se criou a partir da fusão é um meio geográfico, um meio que viveu milênios como meio natural ou pré-técnico, um meio ao qual se chamou de meio técnico ou maquinico durante dois a três séculos, e que hoje estamos propondo considerar como meio técnico-científico-informacional. (Santos, 2008, p. 24)

O espaço, para Milton Santos, é também expressão do tempo histórico. Ele guarda as camadas de diferentes momentos da vida social, revelando permanências e rupturas. Cada território é, portanto, o resultado de um processo histórico cumulativo que articula dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais. Essa análise permite entender o espaço geográfico como uma totalidade viva, na qual se encontram as contradições da globalização, as desigualdades regionais e as experiências locais de resistência e adaptação. Assim afirma o autor:

O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo. (Santos, 2008 p. 104)

Assim como Lefebvre, Santos reconhece o espaço como produto e condição da vida social. Porém, ele enfatiza o papel da técnica e da racionalidade econômica na produção contemporânea do território, mostrando como as formas espaciais expressam as relações de poder que organizam o mundo globalizado. A análise do espaço portanto não pode se limitar à descrição física ou morfológica, ela deve revelar as estruturas sociais e históricas que sustentam a produção do território.

As concepções de Lefebvre e Santos têm suas raízes epistemológicas no pensamento marxiano, o qual fundamenta a análise do espaço na produção material da vida. Em “O Capital” (2011), Karl Marx apresenta a ideia de que os homens, ao produzirem seus meios de existência por meio do trabalho, transformam a natureza e criam condições materiais da sociedade. Essa transformação, mediada através do trabalho e pela técnica, é a base da constituição do espaço social.

O espaço é, portanto, parte integrante do processo de produção e reprodução das relações de classe. Sob o modo de produção capitalista, o território torna-se um instrumento de acumulação, organizando segundo os interesses do capital. A propriedade da terra, a concentração de infraestrutura e a segregação urbana refletem a lógica do valor, no qual o espaço é mercantilizado e apropriado desigualmente. Marx evidencia que o controle da terra está diretamente ligado à dominação econômica e política, as classes dominantes produzem o espaço de acordo com suas necessidades de reprodução e expansão. Assim Marx observa:

Títulos de propriedade da terra são usados, desse modo, para perpetrar uma grande injustiça pública. Em sua qualidade de proprietário da mina, o senhor da terra convida uma colônia industrial para trabalhar em seu domínio e, em seguida, em sua qualidade de proprietário da superfície da terra, impossibilita aos trabalhadores por ele reunidos de encontrar habitações adequadas, indispensáveis a suas vidas. O arrendatário da mina” (o explorador capitalista) “não tem qualquer interesse, do ponto de vista pecuniário, em resistir a essa divisão do negócio, pois ele sabe bem que, ainda que as pretensões do proprietário sejam exorbitantes, as consequências não recairão sobre ele; sabe também que seus trabalhadores, sobre os quais elas recaem, não são suficientemente educados para conhecer seus direitos sanitários, e que nem a mais obscena moradia nem a mais podre água de beber jamais serão motivo para provocar uma greve. (Marx, 2011, p. 903)

Desse modo, a análise marxista permite compreender o espaço como um produto histórico das contradições sociais, no qual se materializam as relações entre capital e trabalho. A cidade, o bairro e o território são expressões concretas dessa luta, pois neles se revelam as

desigualdades de acesso à moradia, aos serviços e à natureza. A produção do espaço é, portanto, inseparável da produção das relações sociais, e o território se torna o campo visível da luta de classes.

Essa perspectiva é essencial para entender a formação espacial do Bairro do Passo, onde as condições materiais, históricas e simbólicas se conectam na constituição de um território desigual. A partir da concepção de Marx, Lefebvre e Santos, compreende-se que o espaço não é apenas o palco dos processos sociais, mas o próprio produto e expressão das relações humanas, técnicas e econômicas. O território é, assim, um campo de poder, memória e resistência, resultado das práticas coletivas e das contradições que configuram a vida social em sua totalidade.

2.2. A Dialética entre Natureza e Sociedade

A compreensão das relações entre natureza e sociedade constitui um dos fundamentos centrais para a análise dos processos de produção e transformação do espaço. Essa relação não pode ser considerada estática e harmônica, mas sim marcada pelas contradições históricas que revelam a forma como os seres humanos se apropriam da natureza, transformando-a e ao mesmo tempo, por ela sendo condicionado. Essa dinâmica dialética foi amplamente discutida por Karl Marx e Friedrich Engels, cujas análises e reflexões apontam para a inseparabilidade entre o desenvolvimento das relações entre forças produtivas, organização social do trabalho e transformação do meio natural.

Para Engels em sua obra “A Dialética da Natureza” (2020), o autor enfatiza que a natureza não deve ser compreendida como um conjunto de objetos externos ao ser humano, mas como um processo em constante movimento e transformação, regido por leis dialéticas. A ação dos seres humanos, ao intervir na natureza, transforma-se em um momento do próprio processo natural, revelando a unidade entre o mundo físico e o mundo social. Assim, Engels também apontará algumas observações que também valerão para o futuro:

Em suma, o animal apenas usa a natureza exterior e, por sua simples presença, causa modificações nela; o ser humano a põe a serviço de seus fins por meio das modificações que introduz nela; ele a domina. E essa é a última diferença essencial entre o ser humano e os outros animais, e novamente é o trabalho que faz essa diferença. Entretanto, não fiquemos demasiado lisonjeados com nossas vitórias humanas sobre a natureza. Esta se vingará de nós por toda vitória desse tipo. Cada vitória até leva, num primeiro momento, às consequências com que contávamos, mas, num segundo e num terceiro momentos, tem efeitos bem diferentes,

imprevistos, que com demasiada frequência anulam as primeiras consequências. (Engels, 2020, p. 463)

Dentro desta análise Marx afirma em conjunto de Engels que o trabalho é a mediação fundamental entre homem e natureza, pois é por meio dele que o ser humano se apropria da matéria natural e a transforma em valor socialmente útil. Assim, o espaço e o território são produtos históricos dessa mediação contínua, onde a vida entre sociedade e natureza se realiza de forma material e simbólica. Observamos a afirmação de Marx:

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores, e pudemos nos limitar ao homem e seu trabalho, de um lado, e à natureza e suas matérias, de outro. Assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, se como produto das poucas *jugera* de terra cultivadas por Cincinnatus ou da ação do selvagem que abate uma fera com uma pedra. (Marx, 2011, p. 335)

Para Milton Santos (2008) essa discussão aparece sobre a óptica da geografia crítica, afirmando que o espaço geográfico é uma totalidade concreta composta pela união indissociável entre sistema de objetos e o sistema de ações. Para ele, a natureza, ao ser incorporada à lógica do capital, perde sua condição de bem comum e passa a integrar o circuito produtivo, sendo transformada em mercadoria. A técnica e o tempo, elementos centrais da modernidade, segundo Santos, tornam-se mediadores dessa nova forma de relação entre homem e ambiente. Essa transformação intensifica a separação entre natureza e sociedade, consolidando uma visão utilitarista e instrumental da natureza, característica própria do sistema capitalista segundo a observação do autor:

Praticamente inevitáveis, as tecnologias contemporâneas se tornam, também, irreversíveis. Mas, em termos... Sua irreversibilidade advém de sua factibilidade. Ainda que fosse possível abandonar algumas técnicas como modo de fazer, permanecem aquelas que se impuseram como modo de ser, incorporadas à natureza e ao território, como paisagem artificial. Neste sentido elas são irreversíveis, na medida em que, em um primeiro momento, são um produto da história, e, em um segundo momento, elas são produtoras da história, já que diretamente participam desse processo. (Santos, 2008, p 118)

No entanto, essa divisão, a qual marcou a modernidade, encontra seus limites no mundo contemporâneo. As mudanças climáticas e os eventos extremos do Antropoceno, período o qual os cientistas caracterizam as mudanças do clima no planeta pela intervenção humana, evidenciam o colapso dessa dicotomia. A natureza, antes entendida como um cenário passivo, revela-se como um agente ativo nas dinâmicas sociais e econômicas. É nesse contexto que as contribuições de Bruno Latour em suas obras “Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede” (2012) e “Onde Aterrizar?” (2020) tornam-se fundamentais. Latour propõe uma ruptura com a ideia moderna de separação entre sujeito e objeto, entre o humano e o não humano. Para o autor, os fenômenos ambientais e climáticos demonstram que todos os seres, sejam eles humanos, animais, objetos técnicos, ecossistemas, participam de uma rede de interações, formando o que denomina de território “terrestre”.

A partir desta visão Latour introduz o conceito de “terrestres” como uma nova categoria política, composta por todos os seres que compartilham a mesma condição de dependência ecológica planetária. Vejamos sua reflexão:

Sob o Novo Regime Climático, a questão é precisamente a de não saber do que é que dependemos para existir. Se não há razão para se descentrar, é porque não existe círculo. É a respeito da Terra, muito mais do que do universo infinito, que é preciso dizer, citando Pascal, que “seu centro se encontra em toda parte e sua circunferência não se acha em parte alguma”.^{1 5} Para enfatizar este ponto, talvez seja hora de falar não mais em humanos, mas em terrestres (Earthbound), insistindo assim no húmus e, a bem dizer, no composto presente na etimologia da palavra “humano”¹ (a vantagem de falar em “Terrestre” é não ter de especificar nem o gênero nem a espécie). (Latour, 2020, p. 108)

Essa concepção é aprofundada em parceria com Nikolaj Schultz na obra “Memorando Sobre Uma Nova Classe Ecológica” (2022), no qual os autores defendem o surgimento das classes ecológicas. Essas classes não se estruturam apenas pela posição econômica no modo de produção, mas também pela forma como os grupos humanos se relacionam com o meio ambiente, pelos recursos naturais aos quais tem acesso e de seu grau de exposição aos riscos ambientais.

As classes ecológicas, portanto, representam um novo tipo de estratificação social, emergente no contexto do Antropoceno, onde a desigualdade ambiental se soma às desigualdades econômicas e territoriais. Grupos vulneráveis, como comunidades periféricas, ribeirinhas ou rurais, fazem parte dessa nova constituição de classe, as quais serão

caracterizadas pela alta exposição aos efeitos das crises climáticas e pela limitada capacidade de adaptação. Em contrapartida, os grupos com maior poder político e econômico tendem a compor as classes ecológicas dominantes, capazes de se proteger dos impactos ambientais por meio da tecnologia, infraestrutura e controle territorial. Para Latour e Schultz a classe ecológica também se define da seguinte maneira:

A classe ecológica é, portanto, aquela que se encarrega da questão da habitabilidade. Por conseguinte, ela tem uma visão mais ampla, mais longa, mais complexa da história e até mesmo da geo-história. O que parecia antes como um movimento para trás, quase como uma posição “reacionária”, torna-se agora uma imensa expansão da sensibilidade para as condições necessárias à vida. Por isso a classe ecológica entra em conflito com as antigas classes que foram incapazes de entender as condições reais de seus projetos. Nem o liberalismo nem o socialismo tinham levado em conta seriamente suas condições de habitabilidade. Nesse sentido, a classe ecológica, por enxergar mais longe, por levar em conta um maior número de valores, por estar disposta a lutar para os defender num maior número de frentes, pode ser considerada mais racional do que as outras classes. Ela aspira, então, a retomar o processo de civilização que as outras classes abandonaram ou traíram. Seja como for, trata-se do segmento a ser dado à civilização. (Latour, Schultz, p. 39-40)

Essa abordagem permite compreender que a crise ambiental é, simultaneamente, uma crise social e espacial. As contradições entre natureza e sociedade refletem-se na organização do território e na produção desigual do espaço, onde o acesso aos bens naturais como água, solo e ar limpo, torna-se um marcador de posição social. Assim, a dialética entre natureza e sociedade, abordada pelas contribuições de Marx, Engels, Santos, Latour e Schultz, revela que o espaço não é apenas produto da ação humana, mas também um campo de disputa entre forças ecológicas, econômicas e políticas que definem novas formas de pertencimento e exclusão no mundo contemporâneo.

2.3. Classes Sociais, Ecológicas, Geossociais e as Desigualdades do Espaço

O conceito de classe social constitui um dos pilares fundamentais da teoria social moderna, especialmente a partir da obra de Karl Marx. Em “O Capital” (2011), Marx define as classes sociais como grupos formados pela posição que os indivíduos ocupam nas relações de produção. A sociedade capitalista é estruturada essencialmente pela oposição entre duas classes principais: a burguesia, que detém os meios de produção, e o proletariado, que desprovido desses meios, vende sua força de trabalho em troca de salário. Essa relação de exploração constitui o centro das disputas de luta de classes, como transformações históricas

e da dinâmica do próprio capitalismo. Seguimos a análise de Marx e Engels:

O pensamento fundamental que percorre o Manifesto: que a produção econômica, e a articulação social que dela com necessidade decorre, de qualquer época histórica forma a base da história política e intelectual dessa época; que, conseqüentemente, toda a história (desde a dissolução da antiquíssima posse comum do solo) tem sido uma história de lutas de classes, lutas entre classes exploradas e exploradoras, dominadas e dominantes, em diversos estádios do desenvolvimento social; que esta luta, porém, atingiu agora um estágio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não se pode libertar da classe exploradora e opressora (a burguesia) sem simultaneamente libertar para sempre a sociedade toda da exploração, da opressão e das lutas de classes.. (Marx, Engels, 1997, p. 9)

A acumulação de capital e a apropriação desigual da terra e dos recursos materiais criam formas distintas de apropriação e uso do espaço, o que conduz à concentração de riqueza em determinados territórios e à marginalização de outros. Essa dimensão espacial da luta de classes é o ponto de encontro entre o pensamento marxista e a geografia crítica desenvolvida por Henri Lefebvre e Milton Santos.

Em “A Produção do Espaço” (2006) Lefebvre argumenta que o espaço é uma produção social, resultante das práticas humanas, das relações de poder e das contradições entre o espaço “concebido-vivido-percebido”. Para o autor o espaço urbano, longe de ser neutro, é o produto histórico das relações de produção e reprodução social. O espaço concebido pelos planejadores e elites econômicas tende a refletir os interesses do capital, enquanto o espaço vivido pelas classes populares expressa as resistências e as apropriações alternativas. Assim a desigualdade espacial é expressão concreta da desigualdade de classes.

Milton Santos (2008), amplia essa análise ao entender o espaço como um conjunto indissociável de objetos e ações. Ele destaca que o território é, ao mesmo tempo, condição e produto das relações sociais e que as desigualdades espaciais são instrumentos de reprodução das desigualdades sociais. Para Santos, a lógica capitalista global fragmenta o território em função das necessidades do mercado, criando territórios luminosos e opacos, isto é, áreas privilegiadas pelo capital e áreas excluídas ou degradadas respectivamente. Essa diferenciação espacial aprofunda a segregação socioeconômica e consolida a desigualdade territorial como forma de dominação.

No contexto contemporâneo do Antropoceno, marcado pela intensificação das crises ambientais e pela interdependência ecológica entre os seres, a noção de classe social precisa ser repensada. A leitura marxista, que historicamente fundamentou a análise das desigualdades a partir das relações de produção, continua sendo essencial, mas já não é

suficiente para explicar as novas formas de dominação e exclusão produzidas pela crise ecológica global.

É nesse ponto que Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2022) introduzem o conceito de classes ecológicas, conforme apresentado na obra "Memorando sobre uma Nova Classe Ecológica". Para os autores, as transformações climáticas e a degradação ambiental inauguram uma nova dimensão da luta social, na qual o principal campo de disputa deixa de ser apenas a produção econômica e passa a ser a reprodução das condições de vida no planeta. As classes ecológicas não se definem, portanto, apenas pela posição dos indivíduos nos meios de produção, mas pela sua relação com o meio ambiente, pelo acesso aos recursos naturais e pelo grau de vulnerabilidade ou resiliência ecológica.

Essa compreensão da vida social e ecológica em Latour e Schultz está vinculada à noção de agência, conceito central da Teoria Ator-Rede (Latour, 2012). As ideias de Latour sobre agências são analisadas como:

O materialismo latouriano é profundamente ancorado num pluralismo ontológico, o que explica seu despreço a explicações pretensamente totalizantes. Para ele, tudo o que existe precisa agir sobre outros seres para seguir existindo, e é apenas acompanhando essa sucessão ou sobreposição de agências que a realidade pode ser conhecida e descrita. (Latour, 2020, p. 117)

Para os autores, a ação não é propriedade de um sujeito isolado, mas o resultado de uma rede de interações entre humanos e não humanos, rios, infraestruturas, climas, instituições, objetos e práticas culturais, que produzem efeitos concretos no mundo. A agência é, portanto, distribuída e relacional: ela emerge das conexões entre seres e coisas, e não de uma vontade individual. Essa perspectiva desloca a concepção moderna de sujeito e permite compreender as classes ecológicas não apenas como categorias sociais, mas como coletividades atuantes, compostas por múltiplas agências que lutam pela reprodução das condições de vida no Antropoceno.

Essa concepção rompe com a ideia moderna de sujeito isolado e permite compreender o território como produto de múltiplas agências em interação, compondo o que Latour (2012) denomina de "tecido de mediações" que sustenta a vida social e ecológica. Em outras palavras, é da rede de ações que nasce a agência, entendida aqui como a potência coletiva que faz o espaço acontecer, resistir e se transformar.

Essa abordagem amplia a teoria marxista ao incluir o ambiente como elemento constitutivo da estratificação social. Assim, os indivíduos e grupos não se distinguem apenas

pela propriedade dos meios de produção, mas também pela sua capacidade de adaptação e resistência diante das transformações ambientais causadas pelas mudanças climáticas. Grupos com maior poder econômico e tecnológico conseguem se proteger de desastres e assegurar o acesso a territórios seguros, enquanto populações vulneráveis, frequentemente localizadas em áreas de risco e carentes de infraestrutura, tornam-se parte das classes ecológicas subalternas.

Em artigo posterior, intitulado “A Luta de Classes Será Geossocial” (Latour, 2022), o autor aprofunda essa reflexão ao introduzir explicitamente o conceito de classe geossocial. Para Latour, a luta de classes do século XXI deixa de se organizar em torno da produção e passa a girar em torno da habitabilidade da Terra. As disputas políticas tornam-se geossociais porque articulam, de modo inseparável, as dimensões sociais, ecológicas e cosmológicas da vida humana, isto é, o modo como diferentes coletivos humanos e não humanos lutam para permanecer existindo em um planeta ameaçado pela própria modernidade.

Neste trabalho, o conceito de classe geossocial é adotado de forma reinterpretada, em diálogo com Marx, Lefebvre (2006) e Santos (2008). A partir dessa leitura, compreende-se que as classes ecológicas de Latour e Schultz não se limitam a uma escala planetária abstrata, mas se manifestam concretamente em comunidades locais que vivem e resistem em territórios marcados pela vulnerabilidade climática. Nesse sentido, as comunidades ribeirinhas analisadas por Muriel Pinto (2015) e Nola Gamalho (2021) podem ser compreendidas como expressões empíricas dessas classes ecológicas, pois suas práticas de convivência com o rio, suas estratégias de adaptação às enchentes e sua defesa do território revelam modos de existência profundamente enraizados nas condições materiais do Planeta Terra.

A partir dessa base, o termo classe geossocial é aqui empregado para descrever o campo territorial e relacional onde essas contradições se materializam. A classe geossocial expressa a integração entre os aspectos econômicos, espaciais e ecológicos da desigualdade, evidenciando a inscrição das contradições do Antropoceno no espaço urbano. Inspirada nas concepções de Lefebvre (2006) e Santos (2008), essa categoria permite compreender como as tensões entre produção e reprodução da vida se concretizam em territórios vulneráveis, onde a precariedade ambiental e a exclusão social se entrelaçam.

Assim, a distinção entre classes ecológicas e classes geossociais não se dá por escala (global ou local), mas por dimensão de análise. As classes ecológicas dizem respeito aos sujeitos e modos de vida que reconhecem sua dependência material da terra e lutam pela reprodução das condições de existência, englobando comunidades, coletivos e grupos sociais que, como os ribeirinhos do Bairro do Passo, vivem de forma diretamente vinculada aos ciclos naturais e à ecologia do território.

Já as classes geossociais referem-se ao espaço e às formas materiais em que essas lutas se inscrevem, configurando territórios de desigualdade, conflito e resistência. Elas descrevem como as contradições ecológicas e econômicas se territorializam, produzindo paisagens urbanas marcadas pela precariedade ambiental, pela segregação socioespacial e pela ausência de políticas públicas eficazes.

Desse modo, as classes ecológicas representam os sujeitos da luta pela reprodução da vida ligada a terra, enquanto as classes geossociais representam os sujeitos da luta pelo território, os que habitam, produzem e resistem no espaço urbano desigual. Essa perspectiva dialética permite compreender que a luta de classes contemporânea é, simultaneamente, uma luta pela terra e pelo território, pelo direito à cidade, à natureza e, em última instância, pela reprodução da vida em um planeta em transformação.

2.4. A Educação e a Consciência Crítica da Formação Territorial

A educação, entendida a partir de uma perspectiva crítica, constitui um dos instrumentos centrais para a compreensão e transformação da realidade social e espacial. Mais do que um processo de transmissão de conteúdos, ela deve ser concebida como prática de liberdade, capaz de formar sujeitos conscientes de seu papel histórico e territorial. Nesse sentido a concepção pedagógica de Paulo Freire em suas obras “Pedagogia do Oprimido” (1987) e “Pedagogia da Autonomia” (1996) oferecem as bases teóricas fundamentais para a compreensão de como a educação é um ato político, ético e transformador articulado em conjunto com as reflexões sobre o espaço como produto social elaboradas por Henri Lefebvre (2006) e Milton Santos (2008).

Para Freire (1987), a educação não é neutra, pois ela pode servir tanto para a libertação quanto para a opressão. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, o autor critica o que denominou de “educação bancária”, na qual o educador é o detentor do saber e os educandos são receptáculos passivos. Nesse modelo o conhecimento é depositado nos alunos como se fossem recipientes vazios, o que impede a formação da consciência crítica e perpetua a adaptação acrítica ao mundo. Assim o autor vai afirmar:

Para isto se servem da concepção e da prática “bancárias” da educação, a que juntam toda uma ação social de caráter paternalista, em que os oprimidos recebem o nome simpático de “assistidos”. São casos, individuais, meros “marginalizados”, que discrepa da fisionomia geral da sociedade. “Esta é boa, organizada e justa. Os

oprimidos, como casos individuais, são patologia da sociedade sã, que precisa, por isto mesmo, ajustá-los a ela, mudando-lhes a mentalidade de homens ineptos e preguiçosos”. (Freire, 1987, p. 35)

Em contraposição, Freire propõe uma educação libertadora ou problematizadora, que parte da realidade concreta dos educandos e se constrói pelo diálogo. O conhecimento surge da interação entre sujeitos (educadores e educandos), que mediados pelo mundo, investigam criticamente as condições históricas de sua existência. Essa abordagem reconhece o saber popular como ponto de partida e entende a prática educativa como uma leitura crítica do mundo. Assim, “ler o mundo” precede e fundamenta o ato de “ler a palavra” (Freire, 1987), pois a compreensão do contexto social e territorial é condição para qualquer forma de emancipação.

O objetivo fundamental dessa prática é o desenvolvimento da consciência crítica, entendida como a capacidade de perceber as contradições da realidade e agir sobre elas. Freire (1987) distingue essa consciência da consciência “ingênua”, que aceita a ordem estabelecida e atribui problemas sociais e falhas individuais. A educação libertadora, portanto, é o processo pelo qual os sujeitos passam de uma visão fragmentada e fatalista para uma compreensão histórica e totalizante da sociedade, condição essencial para a transformação social.

Em sua obra “Pedagogia da Autonomia” (1996), Freire aprofunda esse pensamento ao afirmar que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para sua produção. O ato educativo deve ser pautado pelo respeito ao saber do educando, pela curiosidade crítica e pela coerência ética entre o discurso e a prática. Assim, o educador torna-se um mediador que instiga a reflexão, o diálogo e a ação transformadora. Freire vai afirmar:

O que me interessa agora, repito, é alinhar e discutir alguns saberes fundamentais à prática educativo-crítica ou progressista e que, por isso mesmo, devem ser conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente. Conteúdos cuja compreensão, tão clara e tão lúcida quanto possível, deve ser elaborada na prática formadora. É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (Freire, 1996, p. 12)

A educação freireana, ao estimular a leitura crítica da realidade, também promove uma consciência espacial, isto é, a compreensão do espaço como produto histórico das relações sociais. Ao reconhecer o território como cenário e condição da vida cotidiana, o processo

educativo contribui para que os sujeitos percebam as dinâmicas de poder e desigualdades inscritas no espaço.

Essa leitura territorial do mundo conecta-se diretamente à concepção de Lefebvre (2006), para quem o espaço é uma produção social resultante das práticas, representações e relações de poder. De modo semelhante, Santos (2008) entende o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas e objetos de ações, onde as contradições entre global e local, capital e trabalho, se expressam concretamente. A educação, quando orientada por uma pedagogia crítica torna-se um meio de apropriação simbólica e prática do território, permitindo que os sujeitos compreendam sua inserção nas estruturas socioespaciais e participem ativamente da construção de um espaço mais justo e habitável. Assim o autor observa:

Para o pensar ingênuo, o importante é a acomodação a este hoje normalizado. Para o crítico, a transformação permanente da realidade, para a permanente humanização dos homens. Para o pensar crítico, diria Pierre Furter, “a meta não será mais eliminar os riscos da temporalidade, agarrando-se ao espaço garantido, mas temporalizar o espaço. O universo não se revela a mim (diz ainda Furter) no espaço, impondo-me uma presença maciça a que só posso me adaptar, mas com um campo, um domínio que vai tomando forma na medida da minha ação”. (Freire, 1987, p. 47)

A articulação entre Paulo Freire, Lefebvre e Santos evidencia que a formação da consciência crítica é também uma formação territorial. A aprendizagem não ocorre de modo abstrato, mas enraizada em contextos históricos e geográficos específicos. A prática educativa, nesse sentido, é uma forma de territorialização da consciência: ao compreender o espaço em que vive, o sujeito reconhece as relações de poder que o estruturam e, a partir daí, pode agir para transformá-lo.

Essa perspectiva dialética aponta que a educação emancipadora não apenas desperta a consciência dos oprimidos, mas também possibilita o reconhecimento do direito ao espaço, direito à cidade, à moradia digna, à natureza e à participação social. Portanto, a pedagogia crítica de Freire, quando articulada à teoria do espaço social de Lefebvre e Santos, oferece um fundamento teórico para compreender a educação como um ato de emancipação territorial e ambiental, essencial à construção de sociedades mais justas e sustentáveis.

3. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho foi estruturada conforme os princípios científicos apresentados por Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2002, p 15), que definem a pesquisa como “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. Essa definição situa a presente pesquisa no campo das Ciências Humanas, orientada pela compreensão das relações entre espaço, sociedade e natureza como processos interdependentes.

Segundo as autoras, “a pesquisa é uma indagação minuciosa ou exame crítico exaustivo na procura de fatos ou princípios” (p.15). Essa concepção indica que o método científico não se restringe à aplicação técnica, mas constitui uma atividade reflexiva e crítica, necessária à apreensão das contradições da realidade. Assim, o percurso metodológico aqui adotado articula teoria e prática em uma perspectiva dialética e interdisciplinar, integrando os campos da Geografia, História, Filosofia e Sociologia.

O método científico adotado é o dialético, conforme definido por Lakatos e Marconi (2003), que interpreta os fenômenos não isoladamente, mas historicamente, considerando suas interrelações e contradições. Os três princípios fundamentais do método: totalidade, contradição e transformação, orientam a análise da formação socioespacial do Bairro do Passo, reconhecendo o espaço como produto social (Lefebvre, 2006) e o território como instância de mediação entre sociedade e natureza.

Dessa forma, o método dialético permite compreender o Bairro do Passo como expressão de um processo histórico de desigualdade territorial, no qual se articula a lógica do capital agrário e fronteiriço, o avanço das vulnerabilidades climáticas e a emergência de novas classes geossociais e ecológicas sobre a leitura de Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2022). A escolha dessa abordagem se justifica pela necessidade de compreender a totalidade concreta das relações socioambientais que produzem o espaço urbano periférico.

3.1. Natureza e tipo de pesquisa

Quanto à natureza e tipo de pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva pois segundo Lakatos e Marconi (2002, p. 20) “delineia o que é, abordando também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente” preocupando-se em analisar e interpretar aspectos mais

profundos, observando a complexidade do comportamento humano e suas relações com o meio em que vive.

Quanto aos objetivos da pesquisa qualitativa descritiva podemos constatar que ela estuda, analisa e interpreta os fatos da realidade, enquanto busca identificar e interpretar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Essa dupla natureza permite não apenas caracterizar o processo de formação do Bairro do Passo, mas também explicar as causas estruturais de sua vulnerabilidade territorial.

Em termos de procedimento, a pesquisa classifica-se como documental e bibliográfica, integrando diferentes fontes para construir um quadro interpretativo coerente. Segundo Lakatos e Marconi (2002, p. 62), a documentação indireta é essencial quando se utilizam fontes que já receberam tratamento analítico, mas que podem ser reinterpretadas sob novos enfoques. Assim observa a autora:

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Esse material-fonte geral é útil não só por trazer conhecimentos que servem de background ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários; pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta. (Marconi, Lakatos, 2002, p. 62)

3.2. Delineamento da Pesquisa e Técnicas de Coleta de Dados

O delineamento desta pesquisa se fundamenta nos princípios metodológicos propostos por Lakatos e Marconi (2002), como dito anteriormente, que definem a pesquisa científica como um “procedimento sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos, relações e leis em qualquer campo do conhecimento” (ibid). Assim, o caminho metodológico qual foi adotado buscou integrar procedimentos teóricos e empíricos de forma dialética, permitindo compreender o Bairro do Passo em São Borja (RS), como produto histórico das contradições sociais, ambientais e territoriais que caracterizam o espaço urbano periférico e vulnerável.

De acordo com a classificação das autoras, foram utilizados dois procedimentos fundamentais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A articulação entre esses métodos permitiu construir um percurso de investigação coerente e informações teóricas, articulando a fundamentação conceitual sobre a produção do espaço com a análise das condições reais do Bairro do Passo em São Borja, com os objetivos do trabalho e com as

exigências do rigor científico aplicado à análise espacial.

A pesquisa bibliográfica, considerada por Lakatos e Marconi (2002, p. 62), afirma que “o levantamento de dados é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias)”. Esta etapa constitui a base conceitual e interpretativa deste trabalho, orientando as etapas subsequentes de análise documental e empírica. Essa etapa não se limitou à leitura teórica, mas buscou estabelecer pontes entre os conceitos fundadores da produção social do espaço e os dados empíricos obtidos sobre o Bairro do Passo, econômicos e ambientais interdependentes.

Foram mobilizadas obras clássicas e contemporâneas que dialogam entre si na explicação das relações entre espaço, sociedade e natureza, bem como na emergência de novas categorias de classe e vulnerabilidade no Antropoceno segundo a análise de Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2022). Entre as principais referências teóricas destacam-se Marx (2011) e Engels (2020) cujas obras sustentam o entendimento do espaço e da natureza a partir da dialética materialista e das relações de produção; Lefebvre (2006) e Santos (2008), que analisam o espaço como produto social e histórico, mediado pelas técnicas e pelas relações de poder; Paulo Freire (1996) cuja educação libertadora fundamenta a formação da consciência crítica e territorial dos sujeitos.

As contribuições de Bruno Latour (2020) e Nikolaj Schultz (2022) foram essenciais para atualizar a análise à luz das transformações ambientais contemporâneas, introduzindo as categorias de classes ecológicas e geossociais, grupos definidos não apenas por sua posição econômica, mas por sua relação com o meio ambiente, sua vulnerabilidade ecológica e sua capacidade de adaptação no Antropoceno.

Essa etapa teórica permitiu fundamentar conceitos de espaço, território, classe ecológica e classe geossocial, articulando as leituras de Marx, Lefebvre, Santos e Latour. Com isso, foi possível compreender as novas dinâmicas de desigualdade espacial e ambiental que se expressam no Bairro do Passo, resultantes da combinação entre fatores econômicos, ecológicos e históricos.

A pesquisa documental, classificada por Lakatos e Marconi (2023), como documentação indireta, foi utilizada para examinar fontes primária e secundária, tais como planos diretores, mapas históricos e geográficos, artigos acadêmicos e reportagens jornalísticas. Esse tipo de investigação permite reexaminar documentos que não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reinterpretados à luz das abordagens mais recentes. As fontes consultadas foram:

- Plano Diretor de São Borja (Lei Complementar nº 8/1997) – o documento classifica o Bairro do Passo como “área de expansão de uso misto e baixa densidade”, o que, na prática, significou a exclusão da periferia das prioridades urbanas e a institucionalização da precariedade de infraestrutura e drenagem;
- Artigo da Profa. Dra. Nola Gamalho (2024) – analisa a formação do Passo como periferia urbana do agronegócio, destacando a autoconstrução, o déficit habitacional e a dependência de redes comunitárias;
- Relatório SINAGEO (2012) – mapeia áreas de vulnerabilidade geomorfológica e de alagamento nas margens do Rio Uruguai;
- AdaptaBrasil/MCTI (2024) – classifica São Borja como município de alto risco climático, com ênfase em enchentes e estiagens;
- IBGE (2010) e o estudo de Susana Cesco e Lisianne Pinto Sabedra Ceolin (2017) – descrevem a precariedade da infraestrutura urbana, confirmando baixos índices de saneamento e drenagem;
- Reportagens recentes (Projeto Colabora, 2023; IHU/Unisinos, 2024; BBC, 2025; CNN, 2025; Rádio Missioneira, 2022) – registram o agravamento de eventos climáticos extremos, incluindo enchentes e secas que atingem o Passo e demais áreas ribeirinhas.

Essas fontes foram analisadas de forma cruzada, possibilitando identificar relações entre risco ecológico, desigualdade social e marginalidade institucional.

3.3. Técnicas Específicas de Análise

A análise metodológica foi estruturada em três técnicas principais: (I) análise espacial dialética, (II) análise de redes territoriais e ecológicas, e (III) categorização das classes ecológicas e geossociais.

I) Análise Espacial Dialética

Inspirada em Lefebvre (2006), considerou o espaço em três dimensões:

- Espaço concebido: o ordenamento urbano previsto pelo Plano Diretor (1997), que definiu

o Passo como periferia de expansão sem infraestrutura adequada;

- Espaço vivido: as experiências e práticas dos moradores, expressas na autoconstrução e nas redes solidárias, conforme Gamalho (2024);
- Espaço percebido: a materialidade das desigualdades, observada nas ruas sem pavimentação, na ausência de drenagem e nas moradias em zonas alagáveis, conforme Cesco e Ceolin (2017).

Essa leitura dialética permitiu compreender o Passo como território produzido por contradições entre políticas públicas centralizadoras, vulnerabilidade ambiental e práticas de resistência.

II) Análises de Redes Territoriais e Ecológicas

A partir da Teoria Ator-Rede (Latour, 2012), analisaram-se as interações entre atores humanos e não humanos. Segundo o autor:

O “ator”, na expressão hifenizada “ator-rede”, não é a fonte de um ato e sim o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção. Para apreender sua multiplicidade, a solução mais simples é reativar a metáforas implícitas no vocábulo ator, que tenho usado como substituto por mera conveniência. (Latour, 2012, p. 75)

No Passo, os atores humanos correspondem a moradores, lideranças e gestores públicos, enquanto os não humanos incluem o Rio Uruguai, o relevo, o clima e as infraestruturas urbanas degradadas. Esses elementos formam redes de mediação que explicam a interação entre fatores ambientais e sociais. Para o autor essas ações de interação compõem um papel importante na teoria ator-rede:

A ação (agir) não ocorre sob o pleno controle da consciência; a ação deve ser encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos. É essa venerável fonte de incerteza que desejamos restaurar com a bizarra expressão ator-rede. (Latour, 2012, p.72)

Na perspectiva da Teoria Ator-Rede, a agência não é compreendida como uma ação individual ou intencional, mas como uma capacidade distribuída que emerge das relações

entre os atores. Enquanto a rede designa o conjunto de conexões e mediações entre pessoas, objetos, instituições e elementos naturais, a agência é o movimento que se manifesta dentro dessas conexões, a força de ação que produz efeitos concretos sobre o mundo.

Assim, a agência não pertence a um único sujeito, mas surge do conjunto de ações e interações entre humanos e não humanos, que compõem a rede. No caso do Bairro do Passo, a agência emerge, por exemplo, do encontro entre o Rio Uruguai e as habitações ribeirinhas, das decisões (ou omissões) do poder público e das estratégias coletivas de resistência das comunidades locais. É nesse entrelaçamento de ações naturais, técnicas, sociais e simbólicas que a realidade territorial se produz.

Essa concepção rompe com a ideia moderna de sujeito isolado e permite compreender o território como produto de múltiplas agências em interação, compondo o que Latour (2012) denomina de “tecido de mediações” que sustenta a vida social e ecológica. Em outras palavras, é da rede de ações que nasce a agência, entendida aqui como a potência coletiva que faz o espaço acontecer, resistir e se transformar.

As mediações locais se manifestam nas redes de solidariedade e na resistência cotidiana (Gamalho, 2024); as institucionais são marcadas pela distância das políticas públicas (Plano Diretor, 1997); e as ecológicas pela instabilidade ambiental (AdaptaBrasil, 2024) e (SINAGEO, 2012). Essas redes são caracterizadas pelo autor como:

Rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimentos e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito. Mantém com o tópico à mão a mesma relação que uma grade de perspectiva mantém com uma pintura baseada na perspectiva tradicional, do ponto único: traçadas antes, as linhas permitem projetar um objeto tridimensional numa tela plana, mas não são aquilo que será pintado, apenas ensinaram ao pintor dar a impressão de profundidade antes de serem apagadas. Do mesmo modo, a rede não é aquilo que está representado no texto, mas aquilo que prepara o texto para substituir os atores como mediadores. A consequência é que podemos elaborar um relato ator-rede de tópicos que de maneira alguma tem a forma de uma rede – uma sinfonia, um código de leis, uma pedra da lua, uma gravura. Por outro lado, é possível escrever sobre redes técnicas – televisão, e-mails, satélites, equipes de vendas – sem em parte alguma oferecer um relato de ator-rede. (Latour, 2012, p. 192)

III) Categorização das Classes Geossociais e Ecológicas

Segundo Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2022), o termo “classe ecológica” designa um novo tipo de coletividade que emerge no Antropoceno, composta por sujeitos que conhecem sua dependência material da terra e lutam pela reprodução das condições de vida.

Essa concepção desloca a noção clássica de classe social para um contexto em que o conflito não se dá apenas entre capital e trabalho, mas entre diferentes modos de habitar e sustentar a Terra.

No presente estudo, essa categoria é utilizada em articulação à noção de classe geossocial, compreendida como a expressão territorial e política das desigualdades ecológicas no espaço urbano. Essa classe é formada pelos sujeitos que produzem e disputam o território como moradores periféricos, trabalhadores informais, lideranças e mulheres chefes de família que vivenciam simultaneamente a precariedade urbana e a instabilidade ambiental.

Com base em Marconi e Lakatos (2002, p. 138), as categorias analíticas derivam de um único princípio de classificação e devem ser “completas e mutuamente exclusivas”. Para tanto, elaborou-se uma matriz tridimensional com os seguintes eixos:

- Eixo espacial - centralidade, marginalidade e controle territorial;
- Eixo socioeconômico - renda, acesso a infraestrutura e mobilidade;
- Eixo político-simbólico - participação comunitária, reconhecimento institucional e identidade territorial.

A partir desta matriz foram classificadas três classes geossociais:

- Classe marginalizada - moradores das várzeas e margens do rio, com habitações autoconstruídas, baixa renda e alta exposição a eventos climáticos (SINAGEO, 2012) (Gamalho, 2024) (Projeto Colabora, 2023);
- Classe intermediária - famílias em áreas mais altas, com alguma infraestrutura e redes solidárias de apoio (Gamalho, 2024) (Muriel Pinto, 2015);
- Classe Hegemônica - agentes institucionais e econômicos que controlam o uso e o planejamento urbano (Plano Diretor, 1997) (IHU/Unisinos, 2024).

De forma articulada, as classes ecológicas, segundo Latour e Schultz (2022), foram definidas a partir da exposição, vulnerabilidade e capacidade adaptativa, mas também pela agência ecológica, isto é, pela habilidade de sustentar modos de vida em meio à crise climática:

- Classe ecológica vulnerável - alta exposição a cheias e secas, baixa capacidade de adaptação, dependência direta das condições naturais;

- Classe ecológica resistente - exposição média, mas com estratégias de mitigação baseadas em solidariedade comunitária;
- Classe ecológica estável ou blindada - baixa exposição e alta capacidade de controle territorial e tecnológico sobre as condições ambientais.

Assim o bairro foi compreendido como território geossocialmente desigual e ecologicamente vulnerável, onde a precariedade urbana e a exposição a eventos climáticos extremos se combinam, delineando as diferentes formas de luta pela sobrevivência e pela permanência nos territórios.

3.4. Etapas Complementares Dos Instrumentos de Análise

Foram adotadas três etapas complementares, articulando ambiental, social e simbólica, conforme o esquema metodológico da pesquisa de abordagem interdisciplinar.

I) Diagnóstico Ecológico-territorial: mapeamento de vulnerabilidades (SINAGEO, 2012; AdaptaBrasil, 2024; Plano Diretor, 1997).

Essas fontes foram analisadas em conjunto para construir uma organização categórica de vulnerabilidade socioecológica, que serviu de base à classificação das classes geossociais e ecológicas do bairro, evidenciando a interdependência entre condições ambientais e desigualdade territorial.

II) Observação indireta e correlação socioambiental: cruzamento de dados sociais e ambientais (Gamalho, 2024; Cesco & Ceolin, 2017; IBGE, 2010), que permitiram identificar as correlações entre vulnerabilidade social e risco ecológico nas áreas ribeirinhas.”

A partir da metodologia de análise documental proposta por Marconi e Lakatos (2002), foram estabelecidas correlações entre dados sociais e dados ambientais como caracteriza as autoras quando se trata de uma pesquisa interdisciplinar:

Pesquisa em uma área de fenômenos estudados por investigadores de diferentes campos das ciências sociais, antropologia social, economia política, psicologia social, socioeconomia etc. O problema pode ser enfocado de modo distinto, mas há uma correlação entre todos eles, por se tratar de um mesmo fenômeno. (Marconi, Lakatos, 2002, p. 21)

III) Interpretação dialética e integração conceitual: articulação das contradições ecológicas, sociais e políticas que estruturam o território segundo Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2022).

Seguindo a orientação de Lakatos e Marconi (2002) quanto à importância da interpretação reflexiva e crítica dos dados, esta etapa buscou compreender as classes geossociais e ecológicas como expressões das contradições entre sociedade e natureza, a partir da mediação do espaço.

- Contradição ecológica: a relação entre o avanço do agronegócio e o recuo das zonas de proteção natural intensifica os riscos de inundação e degradação ambiental;
- Contradição social: a exclusão histórica da periferia do Passo das políticas públicas urbanas transforma o espaço em “zonas de vulnerabilidade”, onde o custo ambiental do desenvolvimento é concentrado sobre as classes mais pobres.
- Contradição política: a ausência de representação institucional efetiva limita a capacidade de resposta comunitária, reduzindo o acesso às políticas de mitigação e adaptação.

Essa leitura dialética permitiu articular o sujeito ecológico identificado nas comunidades ribeirinhas que lutam pela reprodução das condições de vida, com o sujeito geossocial, os moradores periféricos que disputam o território urbano e suas infraestruturas. Assim, as etapas metodológicas convergiram para revelar o entrelaçamento entre a luta pela terra e a luta pelo território, compreendendo o Bairro do Passo como uma totalidade socioecológica e política em transformação.

4. APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Introdução à Análise: espaço, história e contradição

A análise dos dados busca compreender o Bairro do Passo, em São Borja (RS), como uma totalidade concreta no qual história, social e ambiental são resultantes das práticas humanas e das contradições estruturais na sociedade contemporânea. O estudo se fundamenta nas concepções de Henri Lefebvre (2006), para quem o espaço é uma produção social, e de Milton Santos (2008), que o entende como uma totalidade em permanente transformação, composta por objetos, ações e significados. Assim, o espaço urbano do Passo é interpretado como produto e expressão das relações sociais, econômicas e simbólicas que configuram a cidade de São Borja, marcada por processos de centralização e exclusão.

A abordagem adotada, de caráter dialético interdisciplinar, articula fontes documentais, dados empíricos e referenciais teóricos. Segundo Lakatos e Marconi (2002), a pesquisa interdisciplinar exige compreender o fenômeno social sob múltiplas perspectivas histórica, econômica, política, ambiental e cultural, sem fragmentá-lo. Essa orientação permite analisar o bairro simultaneamente como categoria espacial e como experiência vivida, onde as contradições entre o urbano e o natural, o local e o global, moderno e o tradicional se materializam na paisagem e na vida cotidiana.

O conjunto de dados utilizados: os relatórios técnicos do Simpósio Nacional de Geomorfologia SINAGEO (2012) e AdaptaBrasil/MCTI (2024), que mapeiam vulnerabilidades ambientais; o Plano diretor de São Borja (1997) em conjunto do estudo de Susana Cesco e Lisianne Pinto Sabedra Ceolin (2017), que evidencia a ausência de políticas públicas e infraestruturas; o Censo IBGE (2010) e às análises recentes da Profa. Dra. Nola Patrícia Gamalho (2024), que interpreta a cidade como “cidade do agronegócio e de fronteira”; além da obra do Prof. Dr. Muriel Pinto (2015) sobre memória, patrimônio e paisagem cultural. Esses materiais formam a base empírica da análise, cruzada com a interpretação teórica de autores como Karl Marx (2011), Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2022).

O Bairro do Passo enquanto espaço empírico sintetiza a trajetória urbana de São Borja: faz, parte da origem da cidade e simultaneamente, o território mais precarizado. Esse duplo caráter o torna exemplar para o estudo das classes geossociais e ecológicas, pois concentra as expressões da desigualdade e as estratégias de resistência. Em sentido marxiano, o espaço do Passo é resultado direto das relações de produção, configurando-se como “paisagem da

contradição”, onde a acumulação capitalista se reflete na segregação socioespacial e na apropriação desigual dos recursos ambientais.

Como propõe Lefebvre (2006), o espaço urbano é produto, meio e condição da reprodução social. No Passo, o espaço foi produzido pela interação entre forças históricas como a colonização, militarização, porto fluvial e expansão agroindustrial, e as formas simbólicas de pertencimento e resistência cultural, visíveis nas festas religiosas, nas práticas de pesca, nas vilas autoconstruídas e nas redes de solidariedade entre vizinhos. Assim, a análise dos dados não se limita à descrição empírica, mas busca interpretar como a história, a economia e o ambiente se articulam na construção de uma identidade territorial.

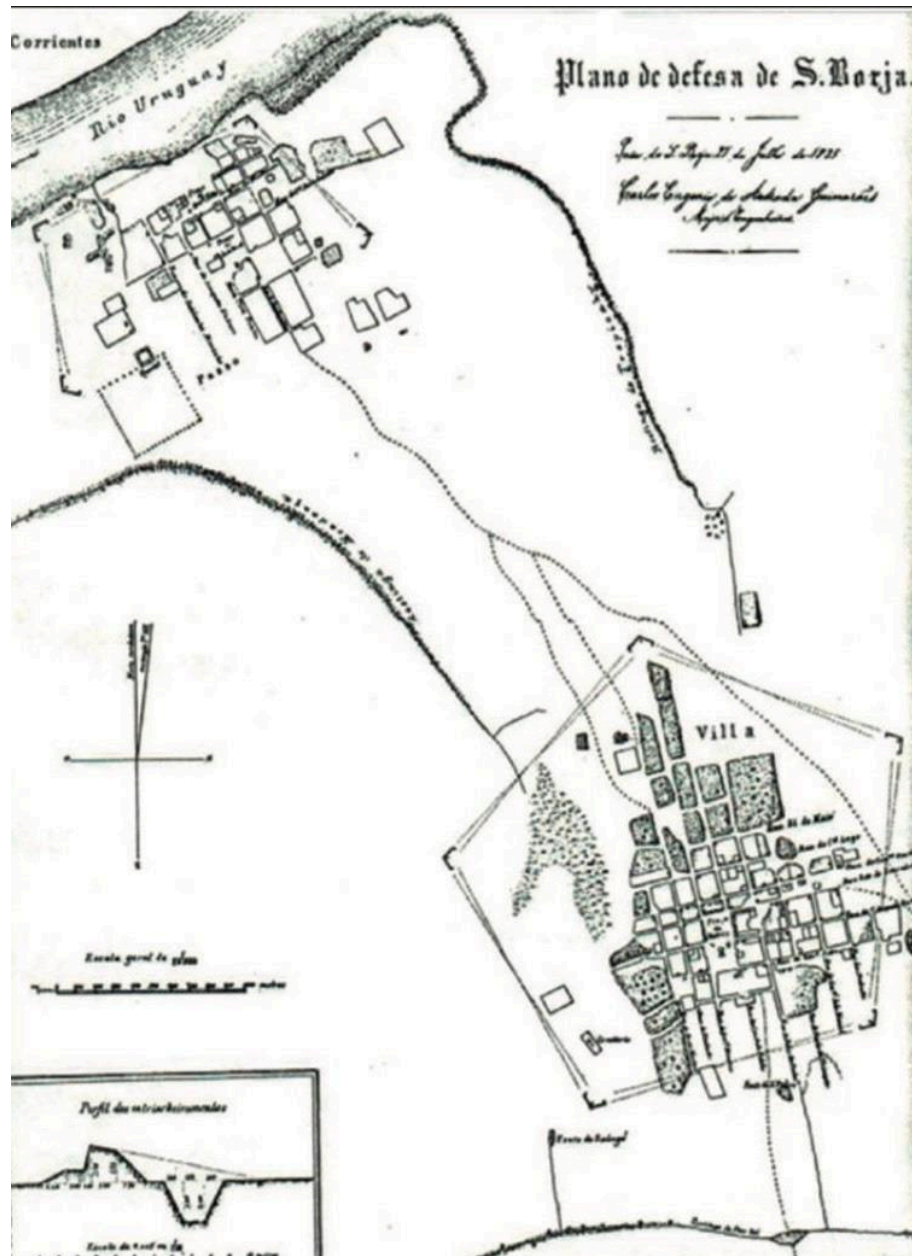
4.2. A Gênese do Bairro do Passo: memória, fronteira e identidade

De acordo com Muriel Pinto (2015), o bairro do Passo é o mais antigo núcleo urbano de São Borja. O autor observa que:

O Bairro do Passo é o bairro mais antigo de São Borja, sua povoação se iniciou com poucos casebres e inúmeros ranchos que se espalhavam entre a atual Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e ao largo do porto. Segundo O’ Donnell, (1987, p. 18), “o passo, cerca de 100 casebres e inúmeros ranchos, espalhava-se em torno ao poteiro da capela Nossa Senhora da Conceição e do largo do porto. Por estar mais próximo do limite nacional, estabelece constante relação de fronteira com a municipalidade vizinha de Santo Tomé, Argentina. (Pinto, 2015 p. 45)

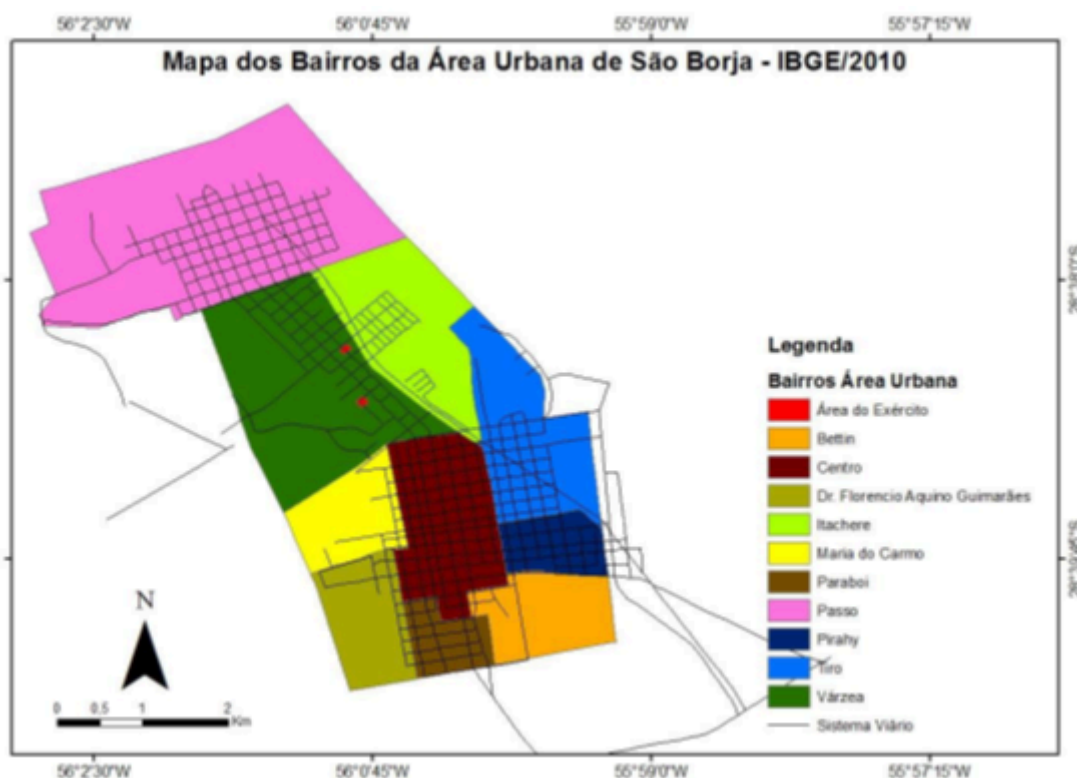
Nesse contexto, o Passo não era ainda considerado um bairro formal, mas uma extensão da antiga Vila de São Borja, marcada pela precariedade construtiva e pela forte ligação com o rio. Essa configuração inicial revela o caráter periférico e popular do território desde a origem.

Figura 1 - Localização Histórica do Bairro do Passo em relação ao núcleo central de São Borja no plano de defesa de 1865.



Fonte: DUARTE, Paulo de Queiroz. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. Vol. 2. Tomo 1..

Figura 2 - Localização Atual do Bairro do passo segundo o IBGE/2010



Fonte: Base Setores Censitários – IBGE. Elaboração: Nola Gamalho (2024).

A decisão política de não transferir a sede da Vila para o Passo, tomada em 1848 pelo coronel Manuel dos Santos Loureiro, consolidou a desigualdade espacial e simbólica entre o centro e o porto. A partir desse momento, o Passo permaneceu associado à marginalidade e a fronteira. Tal marginalidade, enfrentando não é sinônimo apenas de ausência, mas também de presença histórica: o Passo foi palco de importantes eventos nacionais, como a invasão paraguaia de 1865, quando as tropas inimigas atravessaram o Rio Uruguai pelo bairro, episódio ocorrido durante o conflito da Guerra do Paraguai (1864 - 1870). Essas experiências conferiram ao bairro um papel simbólico na história de São Borja.

A condição fronteiriça do Passo é um dos elementos estruturantes de sua identidade. Localizado às margens do Rio Uruguai, o bairro estabelece relações de intercâmbio com Santo Tomé (Argentina) desde o século XIX. Como destaca Pinto (2015), o porto era ponto de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, e suas dinâmicas econômicas criaram uma rede de sociabilidades transfronteiriças. Essa característica de liminaridade territorial, produz um espaço híbrido onde coexistem práticas legais e informais, valores nacionais e regionais, e identidades sobrepostas.

Com o tempo, o Passo se consolidou como território de múltiplas temporalidades: de

um lado, o passado missioneiro e colonial; de outro, a modernização do uso do porto e a industrialização agrícola, e, mais recentemente, a expansão urbana e as novas prioridades socioambientais. Milton Santos (2008) define essas permanências como “rugosidades do espaço”, marcas do passado que resistem à paisagem. No bairro, essas rugosidades aparecem nas antigas construções, nos vestígios do cais e nas memórias coletivas dos moradores, que narram o cotidiano entre enchentes, trabalho e fé.

O Plano Diretor de São Borja de 1997, embora reconheça a importância histórica do bairro, não propôs medidas efetivas para sua proteção ambiental, nem para o reassentamento das famílias em áreas de risco. Essa omissão institucional perpetua o ciclo de vulnerabilidades, pois a ausência do Estado e o domínio de interesses privados configuram o espaço urbano como campo de disputa entre necessidades sociais e lógicas econômicas.

4.3. O Passo como periferia histórica e ecológica

A leitura contemporânea do Passo proposta por Nola Gamalho (2024) aprofunda a compreensão de suas contradições socioespaciais. A autora define São Borja como uma “cidade do agronegócio e fronteira”, na qual a urbanização periférica reflete as desigualdades da cadeia produtiva agroindustrial. O Passo, nesse contexto, constitui a periferia histórica da cidade, produto e herança de um modelo de desenvolvimento excludente que articula, na contemporaneidade, o campo moderno e o urbano precarizado.

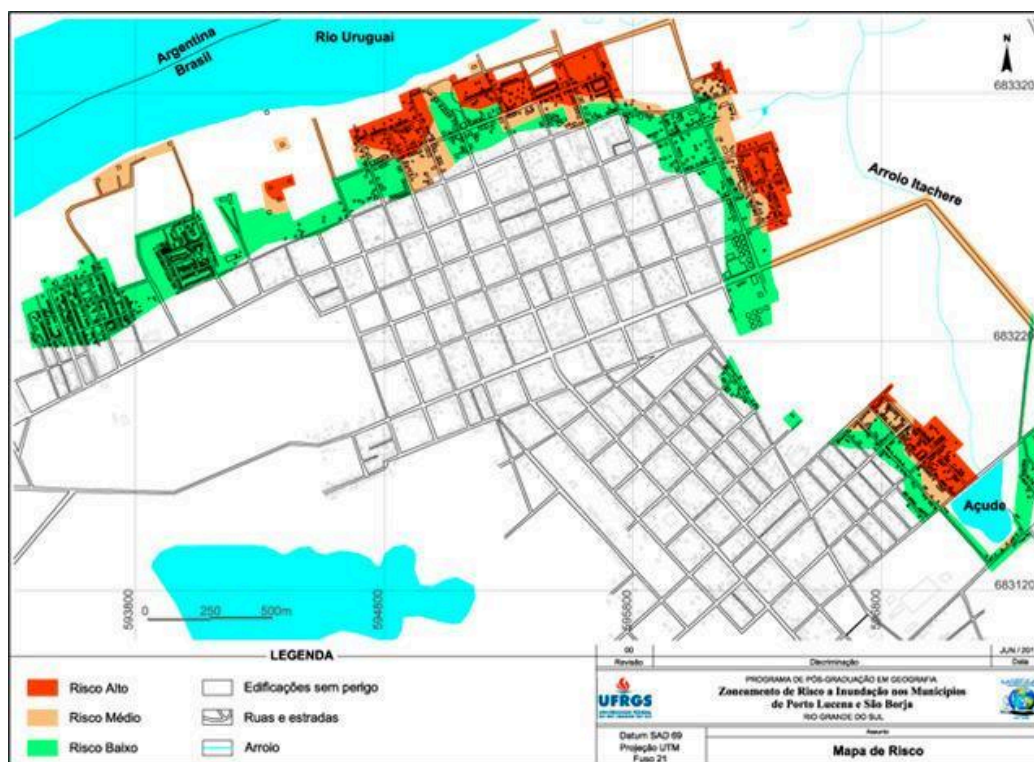
Os dados do IBGE (2010) e do Censo (2022) evidenciados por Gamalho (2024) apontam que o Passo abriga cerca de 10.735 habitantes, com forte concentração de baixa renda (37,16% até um salário-mínimo). Essa configuração evidencia a desigualdade socioeconômica e confirma a hipótese de que o bairro é uma expressão espacial da divisão do trabalho. O espaço urbano reflete, assim, as relações de poder estabelecidas no campo: enquanto as elites agroindustriais controlam a economia e o território, as populações ribeirinhas permanecem vulneráveis e invisibilizadas.

A fragmentação interna do bairro é produto das políticas habitacionais pontuais e da autoconstrução popular. Lefebvre (2006) denomina esse processo de produção do espaço, onde a fração do território expressa uma relação específica entre poder e uso. No Passo, essa diferenciação se traduz na coexistência de casas de alvenaria, moradias de madeira e áreas alagadiças, formando uma paisagem heterogênea e desigual. Assim, Gamalho (2024) destaca a fragmentação do bairro:

Percebe-se a complexidade de processos e transformações que culminam em um espaço diverso. A heterogeneidade é conteúdo da própria fragmentação do bairro em vilas. Entre suas vilas, loteamentos e demais espacialidades, pode-se identificar: Promorar 1 e 2, Rua da Praia ou Toca da Onça, Porto do Angico, Vila Arnaldo Matter, Vila de Tábua, Vila do Cemitério, Vila Marrom, Vila da Picada, Vila Naval, Vila Santa Rosa e Vila Vicentinos. (Gamalho, 2024, p. 9)

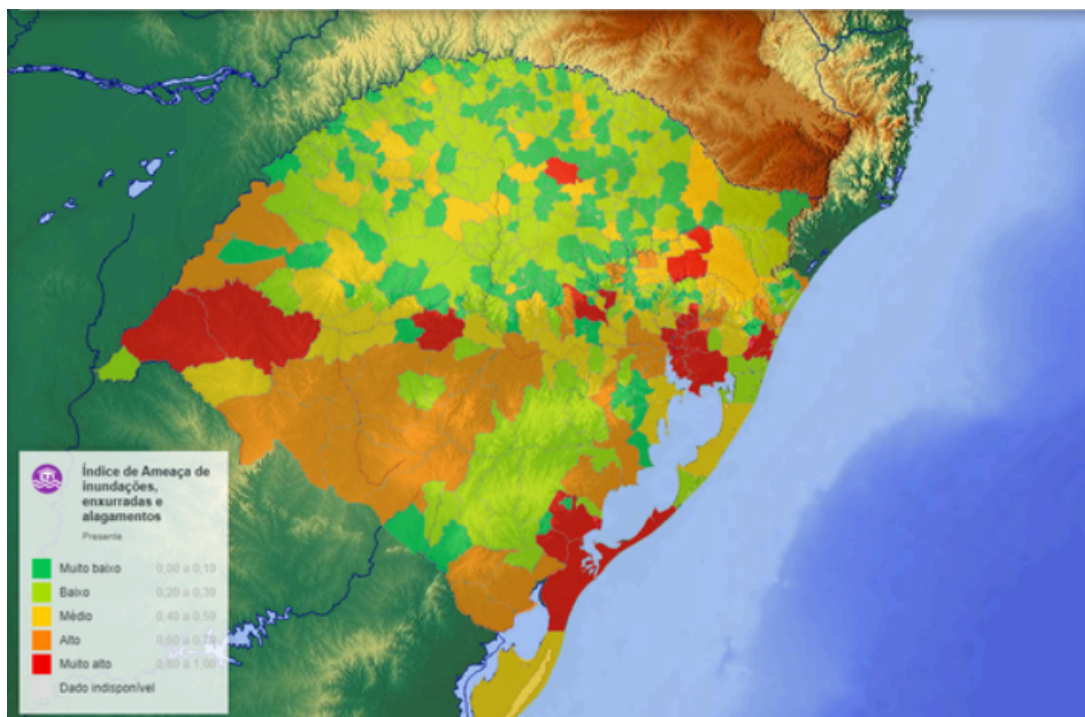
Do ponto de vista ambiental, o SINAGEO (2012) identifica o bairro como uma zona de vulnerabilidade geomorfológica, sujeita a enchentes e erosão. Assim como o AdaptaBrasil/MCTI (2024) classificou São Borja como município de alto risco climático, destacou a baixa capacidade adaptativa das comunidades ribeirinhas. Essas evidências ambientais dialogam com a noção de classe ecológica vulnerável desenvolvida por Latour e Schultz (2022) os quais são grupos cuja existência está condicionada a estabilidade dos ecossistemas, mas que não dispõem de recursos institucionais para enfrentá-los.

Figura 3- Mapa de zoneamento de risco à inundação no município de São Borja RS



Fonte: SINAGEO (2012)

Figura 4 - Mapa do AdaptaBrasil/MCTI (2024) sobre os municípios no Rio Grande do Sul com alto risco climático.



Fonte: AdaptaBrasil/MCTI (2025)

Entretanto, as comunidades do Passo não são apenas vítimas da vulnerabilidade. Através das práticas de solidariedade, redes familiares e economias populares, constroem formas de resistência cotidiana. A pesca artesanal, o artesanato de escamas de peixe e as festas de Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá, descritas por Pinto (2015), revelam a persistência de uma comunidade ribeirinha que resiste à homogeneização cultural imposta pelo agronegócio e pela urbanização excludente. Essa resistência pode ser interpretada à luz de Paulo Freire (1987) como prática de libertação e leitura crítica do mundo.

O passo se configura, portanto, como um território de contradições socioecológicas: o lugar da memória e da exclusão, da natureza e da pobreza, da fronteira e da resistência. Sua análise revela que a segregação urbana em São Borja não é apenas resultado da desigualdade econômica, mas também simbólica, assim como a negação do direito à cidade. Assim, compreender o Passo é compreender o espelho histórico de uma cidade que se desenvolve a partir da marginalização do seu bairro mais antigo.

4.4. Classes Geossociais e Ecológicas no Bairro do Passo dentro da leitura de Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2022)

Conforme discutido, as classes ecológicas e as classes geossociais articulam dimensões complementares das desigualdades contemporâneas. As classes ecológicas dizem respeito aos sujeitos e modos de vida que reconhecem sua dependência material da Terra e lutam pela reprodução das condições de existência; já as classes geossociais correspondem ao modo como essas desigualdades e resistências se territorializam, inscrevendo-se concretamente no espaço urbano e ambiental. No contexto do Bairro do Passo, essas categorias teóricas assumem forma empírica na identificação de dois sujeitos interdependentes: o sujeito geossocial e o sujeito ecológico.

O sujeito geossocial é representado pelo morador periférico urbano, o trabalhador informal, a mulher chefe de família, o jovem desempregado, o pedreiro que produz o espaço com o corpo, o trabalho e a sobrevivência. Sua agência é espacial e política: ele materializa, com suas práticas cotidianas, a contradição entre o direito à cidade e a exclusão urbana. Vive em territórios onde a precariedade habitacional, a ausência de saneamento e a falta de políticas públicas se combinam com a vulnerabilidade ambiental. Ao construir, reconstruir e resistir, esse sujeito transforma a própria existência em ato de produção e defesa do território.

O sujeito ecológico, por sua vez, se expressa nas comunidades que desenvolvem práticas e saberes de convivência com o ambiente natural. No Passo, isso se manifesta nas famílias ribeirinhas que constroem casas sobre palafitas, mantêm redes de solidariedade durante as cheias, compartilham recursos alimentares e elaboram estratégias de adaptação frente às oscilações do rio e às mudanças climáticas. A experiência ecológica é aqui vivida como forma de resistência e como produção de conhecimento ambiental enraizado, uma sabedoria territorial construída pela observação, pela reciprocidade e pela convivência com as forças da natureza.

Esses dois sujeitos, o geossocial e o ecológico, não são categorias imóveis. Eles se entrelaçam dialeticamente, compondo o que Latour e Schultz (2022) denominam de classes do Antropoceno: coletivos humanos e não humanos que lutam, simultaneamente, pela habitabilidade da Terra e pela permanência no território. O primeiro luta pela reprodução das condições de habitar, o segundo pela reprodução das condições de vida; ambos expressam a mesma contradição fundamental entre desenvolvimento e sobrevivência.

No Bairro do Passo, essa articulação é visível tanto na materialidade quanto nas práticas sociais. O sujeito geossocial atua nas margens do Estado e do capital, produzindo o espaço urbano a partir da autoconstrução e da economia popular. O sujeito ecológico, por sua vez, responde às variações climáticas com estratégias empíricas de adaptação, ajustando o cotidiano às marés do rio, à fertilidade das várzeas, às chuvas e estiagens. A agência coletiva

desses sujeitos, embora frequentemente invisibilizada pelas estruturas institucionais, constitui o núcleo das classes geossociais e ecológicas locais, responsáveis por sustentar a vida em meio à precariedade.

Assim, o Passo não deve ser compreendido apenas como uma periferia urbana, mas como território de convergência entre desigualdade social e vulnerabilidade ambiental. As classes ecológicas expressam os modos de vida que lutam pela reprodução da Terra; as classes geossociais expressam as práticas e conflitos que lutam pela reprodução do território. É nesse entrelaçamento que a luta de classes contemporânea se redefine, tornando-se, ao mesmo tempo, uma luta pela terra e pelo direito de permanecer sobre ela, a luta, que no caso do Passo, se materializa na resistência das famílias ribeirinhas, nas redes comunitárias e nas formas populares de gestão do risco ambiental.

4.4.1. Classificação das Classes Geossociais e Ecológicas dentro Passo

A partir da integração entre os eixos espacial, socioeconômico e ecológico, foi possível identificar três classes geossociais no Bairro do Passo: Marginalizada, Intermediária e Hegemônica, articuladas respectivamente, às classes ecológicas Vulnerável, Resistente e Estável propostas aqui através da interpretação da obra de Bruno Latour e Nikolaj Schultz (2022).

Estas categorias não representam divisões fixas ou isoladas, mas sim campos dinâmicos de práticas, agências e resistências que configuram o território. Cada classe reflete uma forma específica de relação entre espaço, sociedade e natureza, resultante de condições históricas, econômicas e ambientais distintas. Estas categorias foram analisadas por meio dos mapas do Plano Diretor de São Borja (1997) e do SINAGEO (2012) para serem identificadas e caracterizadas em seus referentes análises de vulnerabilidade ambiental e ocupação do espaço, aqui interpretadas à luz das ideias de classe de Latour e Schultz (2022).

O mapa do Plano Diretor de São Borja (Lei Complementar nº 8/1997) delimita o Bairro do Passo entre as zonas APA (verde), ZR2 (bege), ZR3 (branco) e ZC2 (púrpura), evidenciando a sobreposição entre áreas de proteção ambiental, ocupação residencial precária e uso comercial misto. As zonas ZR3 e APA, de baixa densidade e restrição à ocupação, concentram as moradias mais vulneráveis; a ZR2 abriga setores de transição com alguma infraestrutura; e a ZC2 corresponde aos eixos de comércio, circulação e algumas indústrias. Essa configuração institucionaliza uma política espacial desigual: o poder público reconhece o Passo como área de expansão controlada e ambientalmente sensível, mas sem garantir as

condições efetivas de habitabilidade e infraestrutura.

Figura 5 - Mapa do Plano Diretor de São Borja (1997)

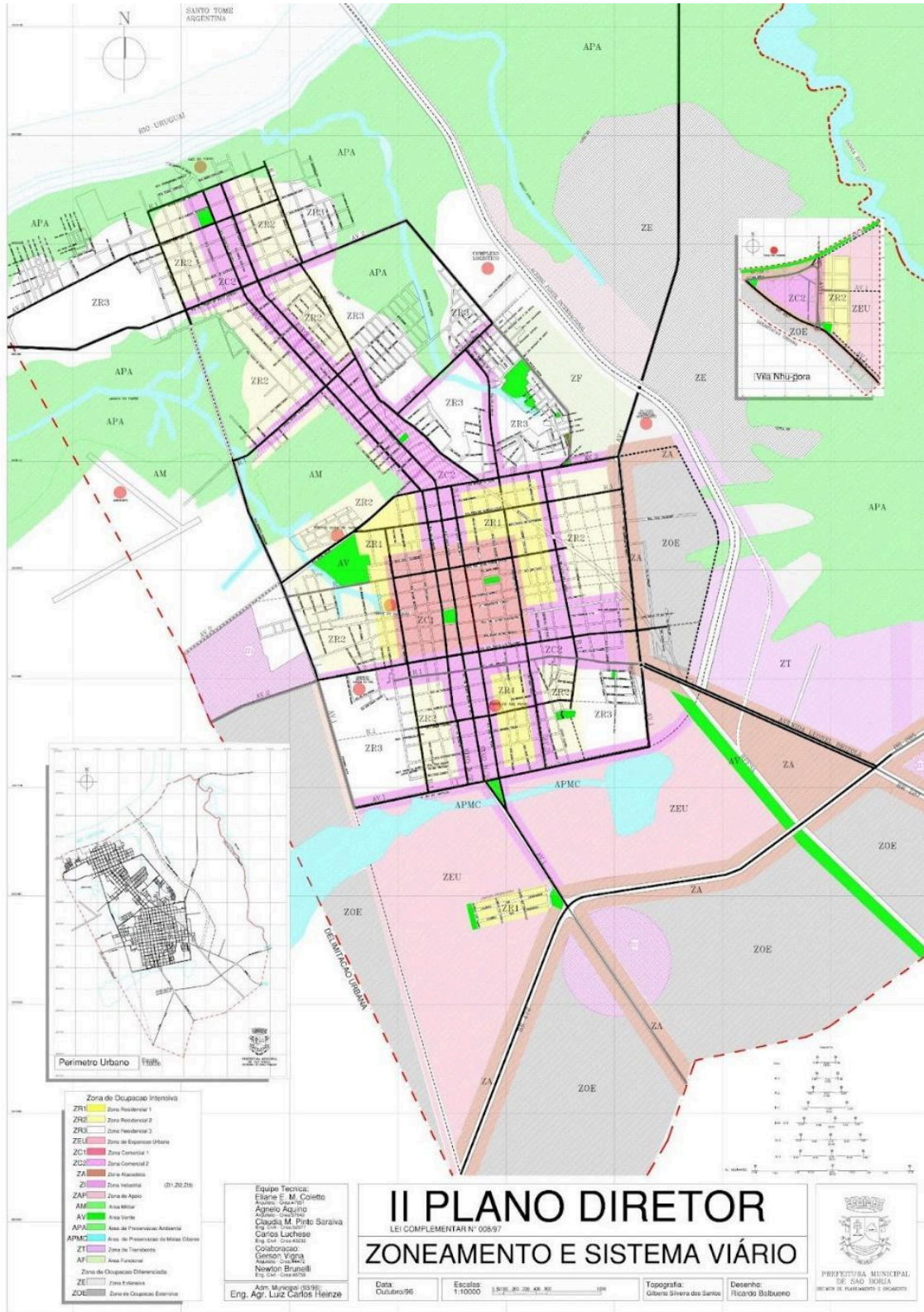
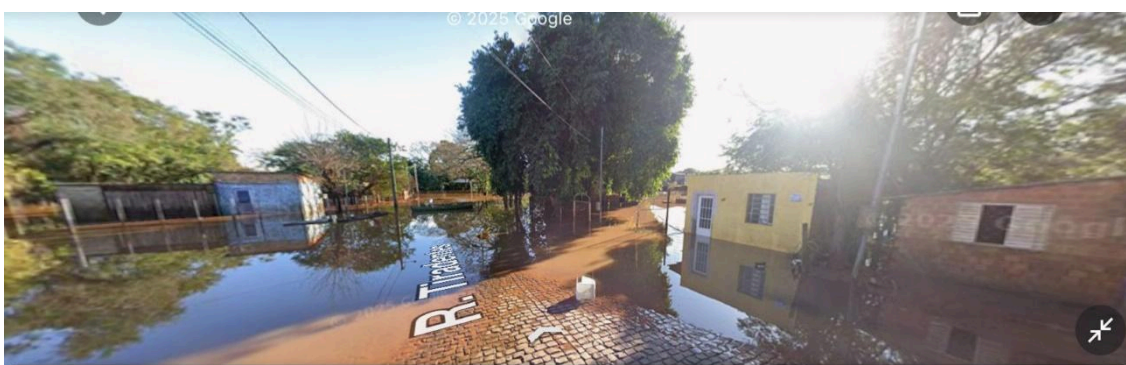


Figura 7 - Foto da Rua Visconde do Rio Branco na área da Vila da Praia / Zona APA



Fonte: Google Maps Street view (2024)

Figura 8 - Foto da Rua da Rua Tiradentes na Vila Porto do Angico / Zona APA



Fonte: Google Maps Street view (2025)

De acordo com a Profa. Dra. Nola Gamalho (2024), com base em dados no IBGE (2010) e do Censo Demográfico, essa região concentra famílias com renda inferior a um salário-mínimo e apresenta os menores índices de saneamento e drenagem urbana de São Borja. São territórios onde a precariedade habitacional e a ausência de infraestrutura coincidem com a vulnerabilidade ambiental severa.

Essa condição é confirmada por Cesco e Ceolin (2017), cujos levantamentos demonstram que os setores censitários localizados nas margens do Rio Uruguai apresentam os piores índices de infraestrutura urbana de São Borja, com déficit expressivo de saneamento e drenagem pluvial, além de elevada taxa de moradias autoconstruídas em áreas de risco. Tais dados reforçam a sobreposição entre vulnerabilidade ecológica e exclusão social que caracteriza essa fração territorial.

Na observação teórica feita em Latour e Schultz (2022), esses grupos representam a classe ecológica vulnerável com coletividades cuja sobrevivência depende diretamente das condições naturais locais, mas que não dispõem de recursos técnicos, econômicos, ou

políticos para mitigá-las. Sua existência é marcada pela dependência ecológica e pela ausência de mediações institucionais eficazes.

Entretanto, longe de serem sujeitos passivos, esses moradores expressam uma agência ecológica popular, fundamentada em práticas de resistência cotidiana. Segundo Gamalho (2024), essas comunidades são herdeiras daquilo que a autora denomina como uma periferia histórica de São Borja, resultado da coexistência entre a riqueza agrária e a pobreza ribeirinha. A autora assim observara que:

O parcelamento intraurbano em bairros é consequência de dinâmicas socioespaciais e torna-se referência identitária e de alteridades. No caso de São Borja, tem-se a produção de uma periferia histórica, marcada por diferenças e desigualdades no contexto do que Elias (2022) denomina como cidade do agronegócio e em processos e dinâmicas da sua condição de localização em fronteira internacional com a Argentina. (Gamalho, 2024, p 2)

Essa contradição reflete, como observa Milton Santos (1993, p. 10) “ O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos.” (p. 10) apresentando o paradoxo do desenvolvimento desigual: o campo moderno e capitalizado produz um urbano pobre desassistido, e dentro da perspectiva ecológica de Latour e Schultz (2022), ambientalmente vulnerável.

Apesar da precariedade material, o território é também um espaço de identidade e pertencimento. Muriel Pinto (2015) mostra que práticas culturais e religiosas constituem formas simbólicas de resistência e afirmação comunitária. Esses rituais traduzem o que Paulo Freire (2002) denomina de atos de “leitura do mundo”, nos quais o povo ribeirinho transforma a adversidade em expressões de solidariedade compreendidas como expressões de agência da Teoria de Ator-Rede que fundamenta as definições de classe de Bruno Latour e Schultz (2022). Esses sujeitos, simultaneamente geossociais e ecológicos, encarnam o que os autores descrevem como a luta pela reprodução das condições de vida: a manutenção das práticas, saberes e modos de habitar enraizados na terra. Vivem à margem das estruturas estatais, mas no centro das contradições do Antropoceno, onde a sobrevivência cotidiana se torna um ato político e ecológico.

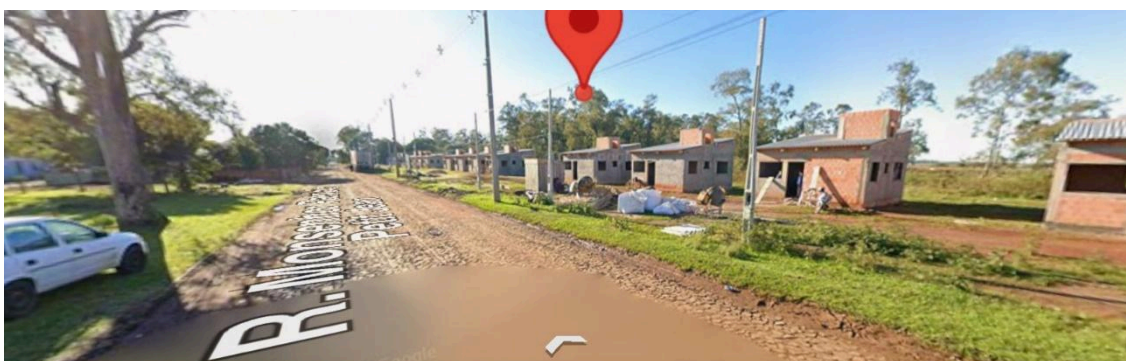
II) Classe Geossocial Intermediária / Classe Ecológica Resistente

A segunda classe é composta por famílias residentes em zonas intermediárias do

bairro, situadas em cotas mais altas e com menor risco de alagamento, como as vilas Promorar I e II, Santa Rosa e Arneldo Matter. Essas áreas surgiram, em grande parte, a partir de programas habitacionais de reassentamento, destinadas a populações deslocadas das margens dos rios. Embora apresentem melhores condições de infraestrutura e moradia, persistem carências significativas como ausência de saneamento, irregularidade fundiária e transporte público insuficiente. Essa condição intermediária configura o que denominamos de classe ecológica resistente, caracterizadas por desenvolver estratégias adaptativas resultantes das agências e redes de mediações propostas por Latour (2012) que atuam frente às adversidades ambientais e econômicas.

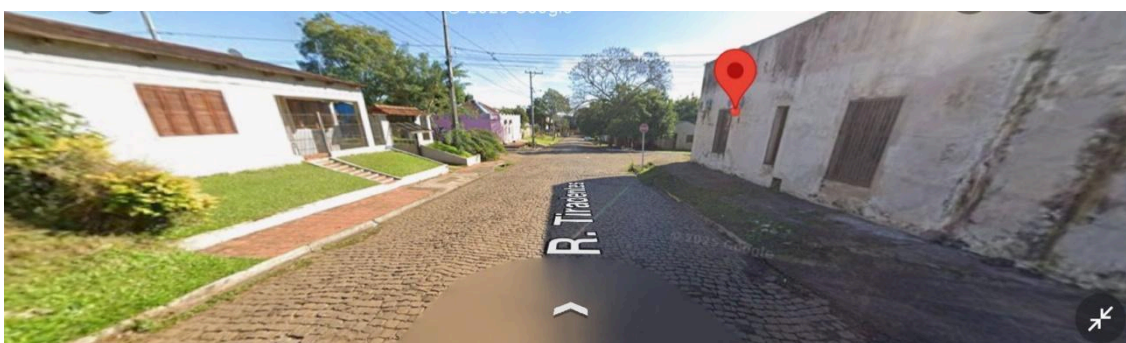
Estão localizadas dentro do Plano Diretor (1997) nas zonas ZR3, ZR2 e APA, mas em comparação com o mapa de risco ambiental do SINAGEO (2012) não estão localizadas por inteiro nas regiões de alto risco, mas sim em regiões transitórias entre alto e médio risco.

Figura 9 - Rua Monsenhor Patrício Petit Jean na Vila Arneldo Matter / Zona ZR3



Fonte: Google Maps Street view (2025)

Figura 10 - Rua Tiradentes na Vila Porto do Angico (fora da zona de risco) / Zona ZR2



Fonte: Google Maps Street view (2025)

De acordo com Cesco e Ceolin (2017), os reassentamentos realizados após as

enchentes, como as vilas Mario Roque Weis e Leonel Brizola, revelam a ineficácia das políticas públicas municipais, já que muitas famílias retornaram às zonas ribeirinhas. Essa constatação empírica confirma o caráter transitório das políticas de adaptação urbana e reforça o papel das comunidades do Passo como classe ecológica resistente, situada entre a vulnerabilidade estrutural e a busca por estabilidade territorial.

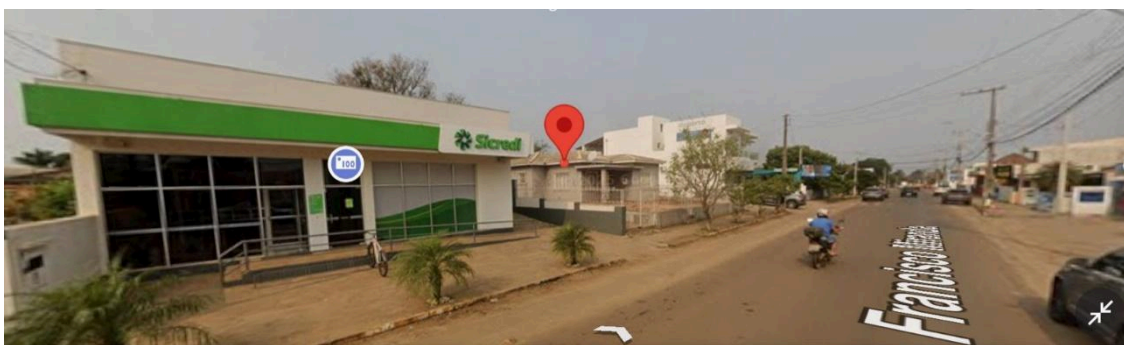
Durante eventos de enchente, segundo registros do IHU/Unisinos (2024) e do Projeto Colabora (2023), essas comunidades são as primeiras a se mobilizar em mutirões de evacuação e abrigo, articulando solidariedade e autogestão. Assim, a classe ecológica resistente traduz o ponto de transição entre vulnerabilidade estrutural e a autonomia relacional. Seu modo de habitar reflete tanto a precariedade herdada quanto a potência organizativa emergente das redes comunitárias.

III) Classe Geossocial III - Hegemônica / Classe Ecológica estável

A terceira categoria diz respeito aos agentes econômicos, institucionais e técnicos que exercem controle sobre o uso e o ordenamento do território: gestores públicos, grandes proprietários e empreendedores ligados ao agronegócio e à construção civil. Essa é a classe geossocial hegemônica, detentora dos meios de planejamento e de decisão sobre investimentos em infraestrutura.

O mapa do Plano Diretor de São Borja (Lei Complementar nº 8/1997) em conjunto da análise de vulnerabilidade do SINAGEO (2012) localizam as zonas desta classe nas áreas ZR2 e especialmente ZC2, com baixos níveis de risco ambiental.

Figura 11 - Rua Francisco Miranda região central do Bairro do Passo / Zona ZC2



Fonte: Google Maps Street view (2025)

Essa concentração desigual é confirmada indiretamente pelas análises de Cesco e

Ceolin (2017), que identificam as áreas ribeirinhas e periféricas de São Borja, como o Bairro do Passo, entre as mais carentes em infraestrutura urbana, saneamento básico e drenagem pluvial. As autoras ressaltam que, embora o município possua legislação urbanística e ambiental, como o Plano Diretor de 1997, suas diretrizes permanecem incoerentes e desatualizadas, apresentando contradições entre as definições de áreas de proteção ambiental e de ocupação urbana.

Essa fragilidade normativa, somada à ausência de investimentos contínuos, perpetua uma condição estrutural de desigualdade territorial, na qual os setores centrais e de cota elevada concentram os serviços e equipamentos públicos, enquanto os bairros periféricos, especialmente os ribeirinhos, permanecem submetidos à precariedade ambiental e institucional. Tal configuração espacial confirma a dimensão política da desigualdade urbana: o privilégio ecológico e a estabilidade territorial das classes dominantes em contradição da vulnerabilidade das classes subalternas, que arcam com os custos ambientais e sociais da cidade.

Em síntese, as três classes revelam a territorialização das desigualdades socioecológicas no Passo, onde a reprodução da vida e a produção do espaço se tornam faces de uma mesma luta. Assim, confirma-se que a disputa contemporânea, no contexto do Antropoceno, é simultaneamente geossocial e ecológica, uma luta pela terra e pelo direito de nela permanecer.

4.5. Síntese Dialética das Contradições Geossociais e Ecológicas

A análise empírica do Bairro do Passo evidencia que as desigualdades socioespaciais e ambientais não constituem fenômenos isolados, mas expressões de um mesmo processo histórico de produção desigual do espaço. À luz do método dialético proposto por Lefebvre (2006) e Marconi e Lakatos (2003) e das categorias analíticas formuladas por Santos (2008), Latour e Schultz (2022), compreende-se que o território do Passo é resultado de múltiplas contradições que articulam economia, ecologia e política.

A primeira contradição é ecológica, manifestando-se na relação direta entre expansão urbana desordenada e a degradação dos ecossistemas locais. O avanço das ocupações ribeirinhas sobre áreas de várzea, identificado pelo SINAGEO (2012) e confirmada pelas análises de Cesco e Ceolin (2017), revela um processo em que o próprio meio natural se torna vetor da desigualdade. A ausência de drenagem, saneamento e controle ambiental cria um ciclo de vulnerabilidade, no qual a precariedade urbana e a exposição climática se reforçam

mutuamente.

A segunda contradição é social. Conforme destaca Gamalho (2024) e Santos (1993), a urbanização periférica de São Borja é marcada pelo desenvolvimento do agronegócio e a concentração fundiária no campo, produzindo um espaço urbano empobrecido e dependente. A classe trabalhadora, expulsa do campo modernizado, ocupa áreas ambientalmente frágeis, formando um espaço onde a desigualdade social se territorializa. A terceira contradição é política, e emerge da distância entre o planejamento formal e a realidade vivida. O Plano Diretor de São Borja (LC nº8 /1997), ao designar o Passo como áreas de expansão controlada, reduz a lógica tecnocrática que segundo Lefebvre (2006), separa o “espaço concebido” (planejado) do “espaço vivido” (habitável). Essa dissonância institucional legitima a exclusão territorial, transformando a vulnerabilidade em política urbana implícita.

Em síntese, essas três contradições se entrelaçam para produzir a estrutura geossocial do Passo, na qual as dimensões ecológicas, econômicas e políticas se fundem em um mesmo campo de disputa. A análise dialética mostra que o território não é apenas o cenário da desigualdade, mas o próprio produto das forças contraditórias que moldam a cidade. Assim, o Passo materializa o conflito central do Antropoceno em escala local: a tensão entre o modo de existência dos que dependem da terra e o modo de acumulação dos que dela se apropriam.

4.6. Redes de Mediação e Agências Ecológicas

A compreensão das dinâmicas do Passo requer ultrapassar a leitura puramente estrutural das classes e avançar para análise de mediação onde está o conceito central da Teoria Ator-Rede proposta por Latour (2012). Nessa perspectiva, o território é entendido como um sistema relacional, onde múltiplos agentes, humanos e não humanos, interagem, influenciam-se e produzem conjuntamente o espaço.

No contexto do bairro, os atores humanos incluem moradores, lideranças comunitárias, associações locais e gestores públicos, os atores não humanos abrangem o Rio Uruguai, o relevo, o solo, o clima e as infraestruturas urbanas. Entre eles, formam-se mediações híbridas: práticas de solidariedade, mutirões de ajuda, redes de evacuação durante enchentes, ou mesmo adaptação de moradias sobre palafitas. Cada uma dessas práticas representa, segundo Latour (2012;2020) uma forma de agência distributiva, na qual o poder de agir é compartilhado entre elementos materiais e sociais. As redes de mediações observadas no Passo podem ser classificadas em três níveis interdependentes:

- **Mediações Locais:** formadas pelas redes de solidariedade entre vizinhos, que garantem a sobrevivência cotidiana em meio a vulnerabilidade climática;
- **Mediações Institucionais:** representadas pelas políticas públicas descontínuas, como assentamentos e programas habitacionais, que muitas vezes reproduzem a desigualdade;
- **Mediações Ecológicas:** constituídas pela própria dinâmica do rio, das chuvas e do relevo, que interferem diretamente na organização do espaço.

Essa leitura permite reconhecer que o Passo não é apenas um espaço passivo, mas um território de agências ecológicas ativas, onde a natureza age tanto quanto os humanos. O rio, por exemplo, não é apenas um elemento geográfico, mas um ator que impõe limites, reconfigura fronteiras e define o ritmo da vida social. Assim, a vulnerabilidade deixa de ser entendida como carência e passa a ser interpretada como campo de interação entre humanos e não humanos. Ao incorporar a Teoria Ator-Rede, a análise geossocial e ecológica ganha profundidade, pois revela o entrelaçamento entre o social ecológico na constituição das classes. As comunidades ribeirinhas, nesse sentido, não são apenas sujeitos sociais, mas também sujeitos ecológicos, cujas práticas, saberes e resistências configuram uma forma de agência coletiva enraizada na terra.

4.7. Síntese da Estrutura Geossocial e Ecológicas do Bairro do Passo

A leitura integrada dos dados teóricos, documentais e empíricos demonstra que o Bairro do Passo constitui um microcosmo das contradições socioecológicas contemporâneas. Nele, as dimensões sociais, econômicas e ambientais se intrincam de forma indissociável, expressando as novas formas de desigualdade e resistência que caracterizam o Antropoceno. O Passo não é apenas uma periferia histórica de São Borja, mas um território onde se revelam, em escala local, as disputas globais pela habitabilidade da terra e pelo direito de permanecer sobre ela.

A análise evidencia a coexistência de três classes geossociais que se articulam a três classes ecológicas correspondentes, formando uma totalidade dinâmica e contraditória. A primeira é a classe geossocial marginalizada, associada à classe ecológica vulnerável, composta por famílias que habitam as várzeas e margens do Rio Uruguai. Essas comunidades são majoritariamente de baixa renda, com alto grau de exposição climática e precária infraestrutura urbana. Elas dependem diretamente das condições ecológicas locais e vivem em constante risco devido às cheias e à erosão das margens. Conforme Susana Cesco e Lisianne

Pintos Sabedra Ceolin (2017) essa população é a mais afastada dos equipamentos públicos e vive a velha várzea como espaço de risco e exclusão institucional. Gamalho (2024) complementa ao apontar a fragmentação intraurbana e múltiplas vilas que traduzem a desigualdade espacial e simbólica, sendo esse processo ligado à produção desigual do espaço urbano no contexto das cadeias do agronegócio.

Apesar dessa condição estrutural de risco, essas comunidades desenvolveram práticas cotidianas de resistência que expressam uma agência ecológica popular. Muriel Pinto (2015) observa que as festas, procissões e encontros comunitários no Passo, fortalecem vínculos de pertencimento e solidariedade entre os moradores, produzindo redes simbólicas de mediação que ajudam a sustentar a coesão social mesmo em contexto de vulnerabilidade. Essas práticas, em articulação com as formas de vida ribeirinhas, indicam que a vida nesse território não é apenas sobrevivência, mas produção de sociabilidade em relação à natureza.

Gamalho (2024) reforça que o próprio parcelamento em vilas e a heterogeneidade espacial do Passo são expressão material dessa dinâmica, dentro da análise de Latour (2012; 2020) podemos entender que a fragmentação, longe de representar apenas isolamento, também constitui identidades, alteridades e formas de apropriação do espaço que desafiam a dominação urbana. Em outras palavras: o território vulnerável torna-se também campo de ação, agência e invenção, onde o sujeito ecológico e o geossocial se cruzam.

A segunda categoria corresponde à classe geossocial intermediária, vinculada à classe ecológica resistente. Ela se encontra nas zonas de transição, como vilas Promorar ou Santa Rosa, situadas em cotas mais altas e com menor incidência de cheias. Essas áreas resultam de políticas habitacionais e reassentamentos pós-enchentes, e ao mesmo tempo de organização comunitária local. Nesse espaço, observa-se melhor a infraestrutura e moradia, embora ainda existam carências. Essas famílias, embora não isentas de vulnerabilidades, constroem estratégias da autogestão e cooperação, demonstrando capacidade de adaptação e de fortalecimento das redes de vizinhança. Esta classe traduz o momento de transição entre vulnerabilidade e a estabilidade, onde a agência relacional emerge como forma de resistência ecológica e política.

A terceira categoria é a classe geossocial hegemônica, associada à classe estável. Constitui-se dos agentes econômicos, institucionais e técnicos que controlam o uso do solo, planejam o território e usufruem de infraestrutura consolidada. Concentrados nas áreas centrais e em cotas elevadas de São Borja, esses atores detêm recursos, poder e acesso às mediações tecnológicas e institucionais que garantem sua estabilidade frente aos riscos ecológicos. Essa classe representa a face do privilégio territorial: enquanto outros

permanecem à mercê das cheias, da erosão e da instabilidade, essa fração acumula capital e controla as contradições de habitabilidade.

Essas três classes se articulam de forma desigual, porém interdependente. A vulnerabilidade das margens expressa o reverso da estabilidade do alto; a precariedade das comunidades da várzea contradiz a igualdade ao acesso ao território economicamente, socialmente e espacialmente, o conforto e a segurança das contradições sociais e ecológicas: as várzeas do Passo são o território onde a crise ambiental e a desigualdade social se encontram e se reforçam mutuamente. Como afirma Latour e Schultz (2022), a luta de classes no século XXI é simultaneamente, uma luta pelo espaço habitável e pela habitabilidade do planeta, e no Passo essa disputa se torna concreta: de um lado, os que lutam para permanecer no território; de outro, os que controlam as condições de permanência.

Entretanto, é essencial distinguir que essas classes não se confundem com os sujeitos geossociais ou ecológicos. As classes são estruturas, posições no sistema de produção e reprodução do espaço e da vida; os sujeitos são as agências vivas, os moradores, trabalhadores, pescadores, mulheres chefes de família, jovens da comunidade, redes de vizinhança, elementos não humanos (rios, cheias e várzeas), que produzem, reproduzem e transformam o espaço. O sujeito geossocial é aquele que habita, trabalha e constrói o território; o sujeito ecológico é aquele que interage com o meio natural, ajusta-se ao ritmo das cheias, conhece o ciclo do rio, eleva sua moradia ou compartilha recursos em períodos de risco. Esses sujeitos não apenas sobrevivem à vulnerabilidade: eles produzem saberes ecológicos situados, práticas de convivência com a natureza e formas de habitabilidade que desafiam o modelo tradicional de exclusão.

As duas formas de sujeito, ecológico e geossocial, coexistem e se entrelaçam, formando coletividades híbridas que, segundo Latour e Schultz (2022) representam as “classes do Antropoceno”: agrupamentos humanos e não humanos que lutam simultaneamente pela reprodução da vida e pela permanência no território. No passo essa luta assume contornos materiais e simbólicos: construir, resistir, habitar tornam-se formas de ação política e ecológica.

Portanto, a estrutura geossocial e ecológica do Bairro do Passo confirma que as desigualdades do espaço não são simplesmente econômicas, mas derivam da forma como diferentes grupos se relacionam com a terra, com os fluxos do agronegócio, com o Estado e com o poder. O território é o campo onde se cruzam precariedade e resistência, dominação e solidariedade, fragilidade e invenção. As margens alagadas, as vilas de transição e as áreas elevadas formam um sistema de diferenças hierarquizadas, na qual cada fração do espaço

expressa uma relação distinta entre sociedade e natureza, e entre as lógicas do capital e da produção da vida.

O Passo, assim, revela em escala local a condição global do Antropoceno: as populações vulneráveis e resistentes do bairro encarnam as contradições da modernidade, entre progresso e desamparo, entre desenvolvimento econômico e devastação ambiental. Se a classe hegemônica acumula poder e estabilidade, são sobretudo as classes subalternas que sustentam, com suas práticas cotidianas e saberes territoriais, a reprodução da vida. Nesse sentido, o Passo não é apenas uma periferia esquecida: é um território onde está sintetizado as desigualdades contemporâneas e, ao mesmo tempo, um espaço de invenção social e ecológica, onde a luta pela terra e a luta pelo território se fundem e uma única busca: tornar a vida possível e o espaço habitável. A compreensão dessas dinâmicas socioecológicas permite, por fim, pensar caminhos pedagógicos e políticos para a formação crítica dos sujeitos do território, tema que orienta as considerações finais deste trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender o Bairro do Passo, em São Borja, como um território emblemático das contradições socioecológicas contemporâneas. Ao articular os referenciais teóricos de Henri Lefebvre, Milton Santos, Bruno Latour e Nikolaj Schultz com os dados documentais, históricos e empíricos coletados, tornou-se evidente que o Passo não é apenas uma periferia urbana, é um espaço vivo onde se expressam, de forma concentrada, as disputas do Antropoceno, à luta simultânea pela terra e pelo direito de permanecer sobre ela.

A leitura integrada das dimensões geossociais e ecológicas revelou que o bairro constitui uma totalidade contraditória, onde o urbano e o natural, o social e o ecológico, o humano e o não humano se encontram e entrelaçam de modo indissociável. O espaço, aqui, manifesta-se como um produto das relações sociais e, ao mesmo tempo, como o campo da sua reprodução. O território do Passo, portanto, não é apenas um cenário, mas um ator que participa ativamente das dinâmicas de exclusão, resistência e adaptação.

O estudo mostrou que o Passo abriga três classes geossociais articuladas a três classes ecológicas correspondentes que formam uma estrutura hierárquica e interdependente. A classe marginalizada/vulnerável, situada nas várzeas e margens do Rio Uruguai, vive sob permanente risco ambiental e social. As famílias que compõem essa fração do território enfrentam cotidianamente as cheias e a erosão, mas também desenvolvem formas próprias de resistência, redes de solidariedade, religiosidade popular, economia informal e práticas de cuidado mútuo que configuram uma agência ecológica popular. Como observa Muriel Pinto (2015), às comunidades ribeirinhas de São Borja constroem laços de vizinhança e cooperação, e na leitura de Latour e Schultz, transformam o risco em solidariedade. São esses gestos cotidianos que mantêm a vida possível em meio à precariedade.

A classe intermediária/resistente, por sua vez, que ocupa as zonas de transição, vilas como Arnaldo Matter e Santa Rosa, representam um esforço coletivo de estabilização territorial. Embora ainda marcada pela desigualdade, essa fração demonstra capacidade de autogestão e de resistência política. São grupos que constroem suas casas, organizam mutirões e criam redes comunitárias de apoio, configurando um modo de vida que combina autonomia social e adaptação ecológica. Já a classe hegemônica/estável, localizada nas áreas altas e centrais, é composta por gestores públicos, empresários e proprietários ligados ao agronegócio e à construção civil. Ela detém os instrumentos de planejamento urbano e o poder de definir as condições de uso e ocupação do solo. Ao mesmo tempo em que desfruta

de infraestrutura consolidada e baixa exposição a riscos ambientais, exerce controle sobre o território e sobre os fluxos de investimento público. Essa assimetria confirma que a vulnerabilidade das margens é o reverso da estabilidade dos centros, e que o espaço urbano é a expressão visível das relações desiguais de poder.

A partir dessa leitura, torna-se possível compreender que o Bairro do Passo é uma síntese espacial das desigualdades estruturais de São Borja, refletindo a divisão social e ecológica da cidade. O Plano Diretor (1997) e os dados do SINAGEO (2012) evidenciam que as áreas de maior risco ambiental coincidem com as zonas de menor renda, onde vivem as famílias que historicamente foram empurradas para as margens. Já as áreas de cota elevada, dotadas de infraestrutura e serviços, correspondem às frações hegemônicas da estrutura urbana. Essa sobreposição entre risco e pobreza confirma a tese de que a injustiça ambiental é também uma forma de injustiça social e territorial.

A análise dialoga com a leitura de Gamalho (2024), segundo a qual a urbanização periférica de São Borja reproduz as contradições da “periferia histórica”, em que o desenvolvimento do agronegócio e a concentração fundiária no campo geram um urbano dependente, empobrecido e ambientalmente vulnerável. No Passo, essas contradições assumem forma concreta: o rio que sustenta a vida é o mesmo que ameaça a moradia; o território que abriga é o que expulsa. Essa ambiguidade traduz a própria condição do Antropoceno, uma era em que a Terra reage às ações humanas e devolve, sob a forma de crise climática, as marcas da desigualdade social. No entanto, o Passo não é apenas um território de carência, mas também de invenção e saber ecológico. As práticas cotidianas de adaptação, erguer casas sobre o solo alagável, prever os ciclos do rio, dividir mantimentos durante as cheias, configuram um conhecimento territorial situado, produzido fora das instituições, mas essencial à reprodução da vida. Esses saberes populares, muitas vezes invisibilizados, são expressões de sujeitos ecológicos, conforme a leitura de Latour e Schultze (2022): coletivos humanos e não humanos que, mesmo sem deter o poder institucional, sustentam a habitabilidade do planeta a partir da experiência do cuidado.

Nesse sentido, o Passo ensina que a luta de classes do século XXI é, ao mesmo tempo, uma luta ecológica e territorial. As margens, antes vistas como espaços de ausência, revelam-se lugares de produção de vida e de resistência. A periferia torna-se o centro epistemológico de uma nova política do Planeta Terra, uma política que reconhece as interdependências entre sociedade e natureza, e que redefine o que significa “habitar” em tempos de crise ambiental. A análise confirma, assim, que o território é o campo onde se cruzam o social, o ecológico e o simbólico, e que compreender suas dinâmicas exige

reconhecer tanto os agentes humanos quanto os não humanos como participantes do mesmo sistema de ação.

Do ponto de vista metodológico e pedagógico, esta pesquisa propõe uma abordagem freiriana do território, entendendo o conhecimento como prática de libertação e como leitura crítica do mundo. O estudo do Passo, ao tornar visíveis as contradições e as potências do espaço vivido, oferece subsídios para uma educação territorial emancipatória, uma pedagogia que une saberes acadêmicos e populares, teoria e experiência, ciência e pertencimento. Nessa perspectiva, os resultados da pesquisa apontam para a possibilidade de desenvolvimento de práticas educativas que transformem o conhecimento do território em instrumento de consciência ecológica e de cidadania crítica. Em síntese, o trabalho demonstrou que o Bairro do Passo é mais do que um objeto de análise: é um sujeito político e ecológico que expressa, em escala local, tensões globais do Antropoceno. Nele, convivem destruição e solidariedade, precariedade e invenção, exclusão e pertencimento. O Passo mostra que as margens, longe de serem o limite da cidade, são o lugar onde a cidade revela o que é: uma ecologia de desigualdades e resistências.

Conclui-se, portanto, que as desigualdades do espaço urbano não são apenas econômicas, mas derivam das formas pelas quais diferentes grupos se relacionam com a terra e com o poder. O território é, ao mesmo tempo, o campo de dominação e o espaço da esperança. No Passo, habitar é resistir, e resistir é uma forma de conhecimento. Assim, este estudo reafirma que compreender o território é compreender o próprio destino da humanidade em tempos de crise ecológica. O Passo, com suas cheias, suas margens e suas gentes, é a metáfora viva do Antropoceno: um espaço em que a luta pela sobrevivência se converte em luta por reconhecimento, e onde a Terra deixa de ser o pano de fundo para tornar-se, finalmente, parte do comum que nos sustenta.

6. REFERÊNCIAS

- BBC NEWS BRASIL. **Enchentes no Rio Grande do Sul mostram efeitos da crise climática**. São Paulo: BBC, 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese>>. Acesso em: 3 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). **AdaptaBrasil: índice de vulnerabilidade climática municipal**. Brasília: MCTI, 2024.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). **Mapa de risco climático do Rio Grande do Sul – AdaptaBrasil 2024**. Brasília: MCTI, 2024.
- CESCO, Susana; CEOLIN, Lisianne Pinto Sabedra. **Políticas públicas e inundações do rio Uruguai no município de São Borja: o olhar dos atingidos e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 22, p. 285–328, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220172208>.
- CNN BRASIL. **Secas e enchentes desafiam o Rio Grande do Sul em 2025**. São Paulo: CNN, 2025. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br>>. Acesso em: 3 nov. 2025.
- ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção de periferias urbanas em uma cidade do agronegócio e fronteiriça: o bairro do Passo – São Borja (RS)**. Confins: Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia, n. 64, 2024. Dossiê Fronteiras do Sul. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/59393>. Acesso em: 4 nov. 2025.
- IHU – INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Mudanças climáticas e vulnerabilidade socioambiental no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 2024. Disponível em: <<https://ihu.unisinos.br>>. Acesso em: 3 nov. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapas temáticos: áreas urbanas e uso do solo – São Borja, RS (Censo 2010)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno.** São Paulo: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede.** São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno; SCHULTZ, Nikolaj. **Memorando sobre a nova classe ecológica.** Petrópolis: Vozes, 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1997.

PROJETO COLABORA. **Enchentes e vulnerabilidade no RS: o impacto sobre comunidades ribeirinhas.** Rio de Janeiro: Projeto Colabora, 2023. Disponível em: <<https://projetocolabora.com.br>>. Acesso em: 2 nov. 2025.

RÁDIO MISSIONEIRA. **Moradores do Passo relatam prejuízos com enchente.** São Borja: Rádio Missioneira, 2022. Disponível em: <<https://radiomissioneira.com>>. Acesso em: 5 nov. 2025.

RIGHI, E.; ROBAINA, L. E.; BASSO, L. A. **Zoneamento de risco à inundação nos municípios de Porto Lucena e São Borja – RS.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA (SINAGEO), 9., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SÃO BORJA (RS). **Mapa de zoneamento urbano.** In: Plano Diretor do Município de São Borja. São Borja: Prefeitura Municipal, 1997.

SÃO BORJA (RS). **Plano Diretor do Município de São Borja. Lei Complementar nº 8, de 10 de novembro de 1997.** São Borja: Prefeitura Municipal, 1997.

SINAGEO. **Relatório técnico do Simpósio Nacional de Geomorfologia: áreas de risco de inundação nas margens do Rio Uruguai.** São Paulo: SINAGEO, 2012.